



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



A **Câmara Municipal de Candeias/MG** e a **Fundação Mariana de Resende Costa - FUMARC**, tornam público e estabelecem normas para a realização de Concurso Público, destinado à seleção de candidatos para preencher as vagas disponíveis e formação de Cadastro de Reserva para provimento de cargos do Quadro de Pessoal da **Câmara Municipal de Candeias/MG**, que reger-se-ão pelas disposições contidas na art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Resolução nº 02/2024, que “dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Candeias-MG, e dá outras providências”, Lei Complementar nº 04, de 1º de junho de 2021, que regulamenta o Estatuto do Servidor Público Municipal, no âmbito da Administração Pública Municipal de Candeias/MG, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pelo município”, e mediante alterações posteriores e ainda nas legislações complementares e demais normas contidas neste Edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus anexos e seus eventuais aditamentos, bem como pelas instruções, comunicações e convocações dele decorrentes, obedecidas as legislações pertinentes e visando ao provimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal da **Câmara Municipal de Candeias/MG** e de futuras vagas a serem providas durante o prazo de validade do Concurso Público, previsto no item 1.10, de acordo com a necessidade e a conveniência do **Câmara Municipal de Candeias/MG**, sendo que sua execução realizar-se-á sob a responsabilidade técnica e operacional da Fundação Mariana de Resende Costa - FUMARC, com apoio da **Câmara Municipal de Candeias/MG**, com sede na Praça Achiles Langsdorff, nº 150 - Alto do Cruzeiro – Candeias – MG – CEP: 37280-000.

1.2. A seleção dos candidatos por cargo deste Edital dar-se-á conforme descrita no quadro abaixo:

Etapas	Prova	Cargo	Eliminatória	Classificatória
1ª Etapa	Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Todos os cargos	Sim	Sim
2ª Etapa	Prova Aberta (2 questões Discursivas)	Advogado, Contador e Controlador interno	Sim	Sim
	Prova de Redação	Técnico Administrativo	Sim	Sim
3ª Etapa	Prova de Títulos	Advogado, Contador e Controlador interno	Não	Sim

1.3. A participação do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das instruções e das condições deste Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital e seus anexos e nas normas legais mencionadas e aplicadas à espécie, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, extensivo a eventuais aditamentos, comunicados, instruções e convocações relativas ao Concurso Público, que passarão a fazer parte deste Edital como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.4. A publicidade deste Edital, bem como de suas retificações dar-se-á nos termos da Súmula 116, do TCE/MG, sendo no mínimo e cumulativamente as publicações nos endereços eletrônicos da Câmara Municipal de Candeias/MG <www.camaracandeias.mg.gov.br>, Diário de Minas Gerais <www.jornalminasgerais.mg.gov.br>, no Diário Oficial do Município de Candeias <<https://www.candeias.mg.gov.br/portal/diario-oficial>> bem como divulgadas no quadro de Avisos da **Câmara Municipal de Candeias/MG** e no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br>.

1.4.1. Todas as demais publicações oficiais referentes a este Concurso Público, notadamente os atos decisórios serão divulgados em todos os meios previstos no item anterior.

1.4.2. Aos candidatos cumpre o dever e a exclusiva responsabilidade de acompanhar as referidas publicações e divulgações nos meios elencados no item 1.4 deste Edital.

1.5. Até o Resultado Final do Concurso, a **FUMARC** prestará informações e esclarecimentos ao candidato pelos seguintes meios:

- **FUMARC** - Av. Francisco Sales, 540 - Floresta – BH/MG, dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 17h.
- Endereço Eletrônico: <www.fumarc.com.br>
- Telefones: (31) 3249-7455 / 3249-7404, dias úteis, de 9h às 12h e de 13h às 17h.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 1.6. O candidato, ao efetuar sua inscrição neste Concurso Público, autoriza que **Câmara Municipal de Candeias/MG** e a **FUMARC** disponham de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e suas alterações.
- 1.6.1. No momento da inscrição ou isenção, o candidato deverá assinalar a concordância com os termos que constam neste Edital, bem como declarar que aceita que os seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, incluindo-se publicação em jornais, divulgação de material através de e-mail e redes sociais, imagens expostas em redes sociais públicas, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do Concurso Público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seu nome, número de inscrição e notas, em observância aos princípios de publicidade e transparência que regem a Administração Pública e nos termos do Decreto do Estado de Minas Gerais nº 48.237, de 22 de julho de 2021 (que dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo).
- 1.7. Todos os horários definidos neste edital e seus eventuais aditamentos e retificações, assim como nas comunicações e convocações dele decorrentes, têm como referência o horário oficial de Brasília-DF.
- 1.8. Regime Jurídico de Trabalho: Estatutário, nos termos previstos na legislação vigente e nas normas internas da **Câmara Municipal de Candeias/MG**.
- 1.9. Local de Trabalho: No âmbito do **Município de Candeias** e de acordo com as necessidades da **Câmara Municipal de Candeias/MG**
- 1.10. O Concurso Público, terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, a critério da **Câmara Municipal de Candeias/MG**.
- 1.11. As vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade deste Concurso Público serão preenchidas observando a ordem de classificação final.
- 1.12. O envio de documentos previstos neste Edital será feito por meio via *upload* por *link* específico disponibilizado no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>.
- 1.12.1. Os documentos digitalizados deverão estar legíveis, sob pena de serem considerados inválidos para fins de análise.
- 1.12.2. Somente serão aceitos para *upload*, documentos nas extensões “JPG”, “PNG” ou “PDF”, no tamanho máximo de 3MB, por item, conforme nomenclatura do mesmo.
- 1.12.3. Não serão aceitos documentos encaminhados via postal, correio eletrônico ou por requerimento administrativo, salvo aqueles determinados pela **Câmara Municipal de Candeias/MG** ou determinação judicial.
- 1.13. Os certames para cada cargo regidos por este Edital são independentes.
- 1.14. Integram este Edital os seguintes Anexos:
- a) **Anexo I** – Quadro de Cargos, Vagas, Carga Horária, Remuneração, Requisitos e Atribuições;
 - b) **Anexo II** – Quadro de Composição das Provas;
 - c) **Anexo III** – Conteúdos Programáticos e Sugestões Bibliográficas;
 - d) **Anexo IV** – Requerimento para Devolução de Taxa de Inscrição;
 - e) **Anexo V** – Declaração de Comparecimento.

2 – DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O candidato aprovado neste Concurso Público será nomeado estritamente na ordem de classificação, no limite do número de vagas previstas neste edital. Observados a ordem de classificação dos candidatos aprovados, a existência de cargos vagos e o prazo de validade do certame, a **Câmara Municipal de Candeias/MG** reserva-se o direito de proceder a nomeações em número que atenda ao interesse e à necessidade do serviço, à disponibilidade financeira e orçamentária, se atendidas, cumulativamente, os requisitos básicos e exigências:
- a) ter sido aprovado e classificado neste Concurso Público;
 - b) ser brasileiro nato ou naturalizado e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
 - c) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data de contratação;
 - d) encontrar-se no pleno exercício dos direitos civis e políticos;
 - e) estar em dia com as obrigações eleitorais;



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- f) estar em dia com as obrigações militares, sendo candidato do sexo masculino;
 - g) possuir a escolaridade/requisitos exigidos para o cargo pretendido, de acordo com o disposto no Anexo I deste Edital, inclusive no que se refere à inscrição no órgão de classe competente, quando exigido;
 - h) ter aptidão física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo para o qual se inscreveu. Para tanto, poderá ser submetido a exames adicionais realizados em clínicas especializadas em Medicina do Trabalho, desde que realizado por profissionais habilitados e o candidato terá que arcar com o ônus dos exames determinados para a posse imediata no Concurso, ressalvados os casos que os candidatos tiverem sua taxa de isenção deferida.
 - i) apresentar atestado de bons antecedentes criminais;
 - j) apresentar certidões negativas criminal, no mínimo relativas aos últimos oito (08) anos, de todo e qualquer domicílio adotado pelo candidato no mesmo período, fornecidas pelos órgãos de distribuição de 1º grau da Justiça Federal e Estadual, e também Militar;
 - k) não estar enquadrado em nenhum artigo da Lei Complementar nº 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa;
 - l) não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 (setenta) anos;
 - m) Não receber proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal de 1988, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da respectiva Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração;
 - n) Não acumular remuneração de cargos públicos, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal de 1988;
 - o) Não ter sido demitido/exonerado da **Câmara Municipal de Candeias/MG**, por justa causa ou em decorrência de processo administrativo disciplinar.
- 2.1.1.** O candidato que apresentar certidão positiva de antecedentes criminais somente poderá ser impedido de tomar posse mediante ato fundamentado da Administração, sendo-lhe reservado o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- 2.2.** O candidato aprovado que, na data da convocação para sua contratação, não reunir ou não comprovar os requisitos básicos e exigências elencados no item 2.1, será impedido da contratação e perderá o direito à nomeação.
- 2.3.** O candidato contratado que, por qualquer motivo, não tomar posse dentro do prazo legal, terá o ato de contratação tornado sem efeito.
- 2.4.** No caso de desistência formal da contratação, prosseguir-se-á a contratação dos demais candidatos aprovados, observada a ordem classificatória.

3 – DAS INSCRIÇÕES

3.1. Disposições gerais:

- 3.1.1.** As inscrições serão efetuadas exclusivamente por meio da *internet* no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br> e na forma descrita neste Edital.
- 3.1.2.** O candidato deverá antes de efetuar a Inscrição, efetuar o pagamento e/ou solicitar Isenção da taxa de inscrição, tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos, certificando-se que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo.
- 3.1.3.** O candidato deverá possuir, obrigatoriamente, Cadastro de Pessoa Física – CPF e documento de identidade, com número de registro geral, emitido por órgão do Estado de origem, cujos números deverão ser informados em campos próprios constantes do Requerimento de Inscrição ou Isenção.
- 3.1.4.** Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional e extemporânea. Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, inscrições condicionadas a outros atos, bem como apresentação de documentos após as datas estabelecidas.
- 3.1.5.** Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição feita por fax, via postal, correio eletrônico ou outro meio que não os estabelecidos neste Edital e seus anexos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 3.1.6. A isenção, a inscrição e o valor pago referente à taxa de inscrição são pessoais e intransferíveis.
- 3.1.7. O pagamento da taxa de inscrição, por si só, não confere ao candidato o direito de submeter-se às etapas deste Concurso Público.
- 3.1.8. O candidato poderá concorrer para um único cargo, devendo indicá-lo no Requerimento de Inscrição ou Isenção, prevalecendo à última inscrição ou isenção no caso de multiplicidade.
- 3.1.8.1. Não será permitido concorrer para dois cargos, mesmo que sejam em diferentes níveis de escolaridade.
- 3.1.8.2. Havendo mais de uma inscrição paga ou isenta, independente do cargo ou escolaridade, de um mesmo candidato, prevalecerá à última inscrição ou isenção cadastradas, ou seja, a de data e horário mais recentes. As demais isenções ou inscrições realizadas serão desconsideradas e/ou canceladas.
- 3.1.9. Após confirmados e transmitidos os dados cadastrados pelo candidato no Requerimento de Inscrição ou Isenção, não serão aceitos:
- a) Alteração do cargo pretendido, indicado pelo candidato na Inscrição ou Isenção;
 - b) Transferências de inscrições ou da isenção do valor da taxa de inscrição entre pessoas;
 - c) Transferências de pagamentos de inscrição entre pessoas;
 - d) Alteração da inscrição do concorrente na condição de candidato da ampla concorrência para a condição de pessoa com deficiência.
- 3.1.10. O candidato para consultar ou acompanhar as informações de sua inscrição ou isenção deverá acessar o endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, no *link* "Consulte sua Inscrição", com seu número de CPF e inscrição/controle.
- 3.1.11. A não comprovação do pagamento da taxa de inscrição, o pagamento efetuado em quantia inferior ou fora do prazo informado neste edital, determinará o cancelamento automático da Inscrição.
- 3.1.12. As informações constantes no Requerimento de Inscrição ou Isenção são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se a **Câmara Municipal de Candeias/MG** e **FUMARC** de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço inexato ou incompleto.
- 3.1.13. As declarações falsas ou inexatas dos dados constantes no Requerimento de Inscrição ou Isenção ou falsidade de qualquer declaração, que comprometam a lisura do certame, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais, sendo garantido ao candidato o direito à ampla defesa.
- 3.1.14. A **Câmara Municipal de Candeias/MG** e **FUMARC** não se responsabilizam por inscrições não recebidas por falhas de comunicação; eventuais equívocos provocados por operadores das instituições bancárias, assim como no processamento do boleto bancário; congestionamento das linhas de comunicação; falhas de impressão; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados e impressão do boleto bancário ou da 2ª (segunda) via do boleto bancário, ressalvado, para tanto, quando a responsabilidade for atribuível exclusivamente aos organizadores do Concurso Público.
- 3.1.15. A veracidade dos dados informados no ato da inscrição ou isenção são de exclusiva responsabilidade do candidato.

3.2. Procedimentos para inscrição e formas de pagamento

- 3.2.1. O valor correspondente à Taxa de Inscrição para cada cargo será de:
- a) Nível Fundamental > **R\$50,00** (cinquenta reais);
 - b) Nível Médio > **R\$80,00** (oitenta reais);
 - c) Nível Superior > **R\$120,00** (cento e vinte reais).
- 3.2.2. As inscrições deverão ser efetuadas, exclusivamente, via *internet*, a partir das **09h00min do dia 22 de setembro de 2025 às 23h59min do dia 21 de outubro de 2025 (horário de Brasília)**, no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, clicar em "**Faça sua Inscrição**", conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:
- a) Preencher o Requerimento de Inscrição, selecionando a opção do cargo para o qual concorrerá, dentre os constantes no Anexo I, deste Edital;
 - b) Conferir os dados cadastrados, confirmá-los e transmiti-los pela internet;



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- c) Gerar e imprimir o boleto bancário, que estará disponível para impressão somente no período de inscrição;
- d) Efetuar o pagamento da importância referente à inscrição expressa no item 3.2.1, correspondente ao cargo pretendido, **até 22 de outubro de 2025**.

- 3.2.2.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado um Posto de Atendimento com computador, impressora e acesso à *internet*, nos dias úteis, na sede **Câmara Municipal de Candeias/MG**, situada na Praça Achiles Langsdorff, nº 150 - Alto do Cruzeiro – Candeias/MG, das 12h00min às 18h00min, de segunda a quinta-feira e das 12h00min às 17h00min na sexta-feira, para realizar: inscrição, pedido de isenção, envio de recursos, envio de e-mail, dentro dos prazos estabelecidos pelo presente edital.
- 3.2.2.2. A responsabilidade pelo procedimento correto no preenchimento de formulários, envio de documentos, entre outros, no computador cedido pela câmara, é exclusiva do candidato.
- 3.2.3. A 2ª via do boleto bancário estará disponível **até às 15 horas do dia 22 de outubro de 2025** e sua impressão somente será possível, se o candidato tiver cumprido, obrigatoriamente, o estabelecido no item 3.2.2 deste Edital.
- 3.2.4. O boleto bancário ou 2ª via do boleto bancário será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras e ser pago **até 22 de outubro de 2025**.
- 3.2.4.1. É obrigatório que o candidato aguarde um período mínimo de 02(duas) horas para efetuar o pagamento taxa de inscrição. Esse intervalo é necessário para validação do código de barras no sistema bancário, conforme exigido pela FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, para o uso de Boletos Registrados.
- 3.2.5. O candidato, para efetivar sua inscrição, deverá, obrigatoriamente, efetuar o pagamento do valor da inscrição impresso no boleto bancário, na rede bancária, observados os horários de atendimento e das transações financeiras de cada instituição bancária, **até 22 de outubro de 2025**.
- 3.2.6. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o 1º dia útil que antecede o feriado, desde que o pagamento seja feito no período de inscrição determinado neste Edital.
- 3.2.7. A impressão do boleto bancário ou de sua segunda via em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato, eximindo-se a **Câmara Municipal de Candeias/MG** e **FUMARC** de eventuais dificuldades na leitura do código de barras e consequente impossibilidade de efetivação da inscrição.
- 3.2.8. A inscrição somente será processada e validada após a confirmação à **FUMARC**, pela instituição bancária, do pagamento do valor da taxa de inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente desconsiderada a Inscrição em que o pagamento não for comprovado, for feito a menor ou efetuado após a **data de 22 de outubro de 2025** estabelecida neste Edital.
- 3.2.9. Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, TED, PIX, cheque, cartão de crédito, ordens de pagamento ou qualquer outra forma diferente daquela prevista neste Edital.
- 3.2.10. O boleto bancário devidamente quitado, sem rasuras, emendas e outros, será o comprovante de requerimento de inscrição provisório do candidato neste Concurso Público. Para esse fim, o boleto deverá estar autenticado ou acompanhado do respectivo comprovante do pagamento realizado até a data limite do vencimento – **22 de outubro de 2025**, não sendo considerado para tal o simples agendamento de pagamento, uma vez que este pode não ser processado ante a eventual insuficiência de fundos ou outras situações que não permitam o pagamento efetivo do valor da taxa de inscrição.
- 3.2.11. Considera-se confirmada a inscrição do candidato que realizar e comprovar o pagamento da taxa de inscrição até a data limite do vencimento – **22 de outubro de 2025** e nos termos do presente Edital, bem como as inscrições deferidas/confirmadas através das solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição.
- 3.2.12. A listagem dos candidatos que tiverem as suas inscrições deferidas/confirmadas será divulgada no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br> **até dia 30 de outubro de 2025**.
- 3.2.12.1. Nos casos em que o candidato tiver sua inscrição não confirmada por falta ou inconsistência no pagamento do valor da taxa de inscrição, o mesmo deverá se manifestar formalmente por meio de recurso previsto neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

3.3. Da devolução da taxa de inscrição



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 3.3.1.** A importância relativa ao valor da taxa de inscrição poderá ser devolvida ao candidato efetivamente inscrito e que não desejar se manter no Concurso Público, devendo o mesmo solicitar o cancelamento de sua inscrição e a respectiva devolução do valor pago, somente nas hipóteses de:
- a) Cancelamento ou suspensão do concurso, previstos na Lei Estadual nº 13.801, de 26 de dezembro de 2000.
 - b) Pagamento extemporâneo;
 - c) Pagamento em duplicidade do mesmo boleto;
 - d) Pagamento com valor em desconformidade com o do valor da inscrição;
 - e) Alteração na data e horário da prova;
 - f) Exclusão do cargo oferecido neste Edital;
- 3.3.2.** O valor somente será devolvido se solicitado conforme disposto neste Edital, e, após análise do Requerimento de Devolução da Taxa de Inscrição e documentos comprobatórios e consequente aprovação da Comissão do Concurso Público.
- 3.3.3.** Nos casos de suspensão deste Concurso Público em que já tenha sido realizada a prova na data prevista, o candidato não terá direito à devolução do valor da inscrição, garantido o contraditório.
- 3.3.4.** Nos casos de cancelamento do Concurso Público, mesmo que já tenha sido realizada a prova, o candidato terá direito à devolução do valor da inscrição.
- 3.3.5.** O candidato deverá solicitar o cancelamento da sua inscrição e a respectiva devolução do valor pago, enviando digitalizados, Requerimento de Devolução da Taxa de Inscrição - Anexo IV, assinado, seu documento de identidade e, "obrigatoriamente", o comprovante de pagamento da taxa de inscrição, *via upload* por *link* específico disponibilizado no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, dentro dos prazos de:
- a) 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Ato de cancelamento ou suspensão do Concurso Público ou alteração na data da prova ou exclusão do cargo oferecido, para os pedidos de devolução nos termos do item 3.3.1, alíneas "a", "e" e "f", ou
 - b) 15 (quinze) dias úteis após o encerramento do período de inscrições, para os pedidos de devolução nos termos do item 3.3.1, alíneas "b", "c" e "d".
- 3.3.5.1.** Para validade da solicitação, o candidato deverá observar e cumprir os prazos previstos no item 3.3.5, alíneas "a" e "b" neste Edital.
- 3.3.5.2.** No Requerimento de Devolução, o candidato deverá informar os seguintes dados:
- a) Motivação para solicitação da devolução, conforme previstos neste edital;
 - b) Nome completo, número da identidade, do CPF, e da inscrição do candidato;
 - c) Nome e número do banco, nome e número da agência com dígito, número da conta corrente e CPF do titular da conta;
 - d) Números de telefones, com código de área, para eventual contato;
 - e) Endereço completo, inclusive CEP.
- 3.3.6.** É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta e completa de todos os dados requeridos para a eventual devolução do valor da inscrição, não podendo atribuir à **Câmara Municipal de Candeias/MG** ou à **FUMARC** a responsabilidade pela impossibilidade de devolução, caso os dados sejam insuficientes ou incorretos.
- 3.3.7.** O depósito bancário de devolução da taxa de inscrição não será realizado em conta salário ou conta poupança.
- 3.3.8.** Nos casos previstos no item 3.3.1, alíneas "a", "e" e "f", o valor a ser devolvido ao candidato será corrigido monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM ou por outro índice que vier a substituí-lo, desde a data do pagamento da inscrição até a data da efetiva devolução.
- 3.3.9.** O candidato que não requerer a devolução do valor da taxa de inscrição nos termos estabelecidos neste Edital, não poderá requerê-la posteriormente.

3.4. Da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição

- 3.4.1.** Para requerer isenção de pagamento do valor da taxa de inscrição neste Concurso Público, o candidato deverá cumprir rigorosamente as condições previstas no item 3.4 e seus subitens neste Edital.
- 3.4.2.** Poderá requerer a Isenção da taxa de inscrição, os candidatos amparados pelo Decreto Federal nº 6.593, de 2008, e alterações, pelo Decreto Federal nº 11.016, de 2022, pela Lei Federal nº 13.656, de 2018 e pela Lei Estadual nº 13.392, de 1999, nos termos previstos neste Edital.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 3.4.3.** No Requerimento de Isenção de Taxa, o candidato firmará declaração que se encontra em condição de hipossuficiência econômico-financeira e que sua situação econômico financeira não permite pagar o valor da inscrição neste Concurso Público, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.
- 3.4.4.** Para solicitar isenção, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, exclusivamente, **das 09h00min do dia 22 de setembro de 2025 às 23h59min do dia 24 de setembro de 2025 (horário de Brasília)** e proceder da seguinte forma:
- a) Clicar em “Faça sua Inscrição”, preenchendo todos os dados exigidos;
 - b) Após preenchimento e confirmar os dados, clicar em “Solicitar Isenção”;
 - c) Imprimir o Requerimento de Isenção de Taxa, marcar a condição em que se enquadra, assinar e enviá-lo juntamente com a documentação comprobatória pertinente a sua condição.
- 3.4.5.** Para obter a isenção na condição de **Hipossuficiência Econômica Financeira**, em cumprimento à Lei Federal nº 13.656, de 2018, o candidato deverá comprovar ser inscrito no CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, informando o Número de Identificação Social – NIS válido atribuído pelo CadÚnico, pertencente ao candidato ou ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 11.016, de 2022, e ainda, enviar o “Comprovante de Cadastro no CadÚnico”, gerado no endereço eletrônico <<https://cadunico.dataprev.gov.br/#/home>>, juntamente com o Requerimento de Isenção assinado, por meio do *link* específico.
- 3.4.5.1. NÃO SERÃO ACEITOS:** Protocolo de Cadastramento no CadÚnico e a Folha Resumo Cadastro Único – V7.
- 3.4.6.** Para obter a isenção na condição de **membro de mesa receptora de votos** em seção eleitoral no Estado, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.392, de 1999, o candidato deverá comprovar, mediante a apresentação de documento emitido pela Justiça Eleitoral, nos dois anos subsequentes à data da eleição da qual o candidato tenha participado, contendo o nome completo do candidato, a função desempenhada e a data da eleição que participou.
- 3.4.7.** Para obter a isenção na condição de **Doador Regular de Sangue**, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.392, de 1999, o candidato deverá comprovar ter doado sangue em órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, no mínimo duas vezes ao ano, por, pelo menos, dois anos, mediante a apresentação de documento emitido pela entidade coletora no qual constem as datas das doações.
- 3.4.8.** Para obter a isenção na condição de **Doador de Medula Óssea**, em cumprimento à Lei Federal nº 13.656, de 2018, o candidato deverá apresentar documento que comprove essa condição, emitido por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde.
- 3.4.9.** Para obter a isenção na condição de **Desempregado**, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.392, de 1999, o candidato NÃO poderá se enquadrar em qualquer das situações a seguir:
- a) possuir vínculo empregatício vigente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
 - b) possuir vínculo estatutário vigente com o poder público, nos âmbitos federal, estadual ou municipal;
 - c) possuir contrato de prestação de serviços vigente com o poder público, nos âmbitos federal, estadual ou municipal;
 - d) exercer atividade legalmente reconhecida como autônoma;
 - e) encontrar-se em gozo de benefício previdenciário de prestação continuada, exceto o proveniente de seguro-desemprego;
 - f) dispor de recursos para o pagamento da inscrição, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.
- 3.4.9.1.** Para comprovar a condição de **Desempregado**, o candidato deverá digitalizar e enviar:
- a) Requerimento de Isenção da taxa de inscrição, assinado pelo candidato;
 - b) Cópia das páginas da CTPS: referente a foto, qualificação civil, página referente ao primeiro contrato de trabalho, página do último contrato de trabalho com o registro de saída e página posterior ao último contrato de trabalho em branco e outras páginas contendo anotações pertinentes, se houver;
 - b.1)** o candidato deverá fazer *upload* para cada item/página em separado, obedecendo a nomenclatura do mesmo;
 - b.2)** a numeração das páginas da CTPS deverá estar legível;
 - b.3)** no caso de CTPS digital o candidato deverá gerar em “PDF” e enviar a página dos Dados Pessoais e o relatório referente ao módulo de Contratos de Trabalho.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 3.4.9.2.** Caso o vínculo de trabalho do candidato tenha sido registrado em páginas de Anotações Gerais da CTPS, além da cópia dessas páginas e da subsequente, seja qual for a informação, o candidato deverá apresentar cópia da página em que foi registrado o último contrato de trabalho ou outras informações pertinentes.
- 3.4.9.3.** Se na CTPS constar anotação de CTPSs anteriores e/ou de recadastramento, o candidato deverá apresentar também cópias dessas CTPSs anteriores, relativas às páginas que contenham fotografia, qualificação civil, último contrato de trabalho com a devida escrituração da data de saída do último emprego e página subsequente.
- 3.4.9.4.** O candidato que **Nunca Trabalhou** deverá apresentar cópia das páginas da CTPS que contenham a foto, qualificação civil, contrato de trabalho em branco e Anotações Gerais em branco. No caso da CPTS digital, proceder conforme determinado na alínea “b.3” do item 3.4.9.1 deste Edital.
- 3.4.10.** O Requerimento de Isenção assinado com os documentos comprobatórios elencados no item 3.4 e seus subitens, de acordo com a condição do candidato, deverão ser digitalizados e enviados, **de 22 a 24 de setembro de 2025**, via *upload*, por *link* correspondente, no momento da solicitação de isenção da taxa.
- 3.4.11.** Para validade da solicitação de Isenção, o candidato deverá observar e cumprir os prazos previstos neste Edital.
- 3.4.12.** Não serão analisados os documentos encaminhados em desconformidade com o previsto neste Edital.
- 3.4.13.** O candidato poderá, a critério da **Câmara Municipal de Candeias/MG G e FUMARC**, ser convocado para apresentar documentação original, bem como outros documentos complementares, não sendo admitido em hipótese alguma a apresentação ou inclusão, em grau de recurso, de novos documentos.
- 3.4.14.** As solicitações de isenção serão analisadas pela **FUMARC**, salvo a condição prevista quando da informação do Número de Identificação Social (NIS), cuja consulta será realizada junto ao órgão gestor do CadÚnico, o qual deliberará sobre o deferimento ou indeferimento da solicitação de isenção.
- 3.4.15.** A solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição que não atender a qualquer das exigências e prazos determinados neste Edital será indeferida.
- 3.4.16.** Não serão consideradas as solicitações de Isenção da Taxa de Inscrição encaminhadas via fax, correio eletrônico ou qualquer outra forma que não seja prevista neste Edital, assim como aquelas apresentadas fora do prazo determinado no item 3.4.4 deste Edital
- 3.4.17.** Não será concedida isenção no pagamento da taxa de inscrição, o candidato que incorrer nas seguintes situações:
- deixar de efetuar a solicitação da isenção pela internet dentro do prazo fixado;
 - não observar os prazos para o envio do requerimento de isenção e da documentação comprobatória neste edital;
 - não enviar o requerimento de isenção;
 - enviar o requerimento de isenção sem assinatura;
 - informar incorretamente o Número de Identificação Social (NIS) ou informá-lo sendo inválido, excluído, não cadastrado, de outra pessoa, não atualizado por período superior a 24 meses contados da data de solicitação de isenção, com renda fora do perfil ou não o informar;
 - enviar ou entregar a documentação comprobatória em desacordo com as normas estabelecidas neste edital;
 - enviar somente o Protocolo de Cadastramento no CadÚnico ou a Folha Resumo Cadastro Único – V7, que caracterizará que somente foi feita a solicitação de inscrição no CadÚnico, a qual poderá ser aceita ou não, pelo órgão gestor;
 - omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
 - fraudar ou falsificar documentos.
- 3.4.18.** O candidato que se julgue enquadrar em outras situações e padrões de hipossuficiência poderá pleitear a isenção da taxa de inscrição, cabendo exclusivamente ao mesmo comprovar sua condição de forma suficiente e indubitável, valendo-se de qualquer meio plausível e legalmente admitido com plena consciência do candidato das implicações civis, criminais e administrativas cabíveis em razão de declaração falsa ou parcialmente falsa, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 3.4.19.** Poderão ser realizadas diligências para comprovação da situação declarada pelo candidato.
- 3.4.20.** Declarações falsas ou inexatas fornecidas pelo candidato serão de inteira responsabilidade dele, que estará sujeito a responder civil e criminalmente pelo teor das afirmativas, pelas sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936/1979, bem como responder por falsidade ideológica, disposto no art. 299 do Código Penal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 3.4.21.** Em qualquer tempo, constatada a irregularidade no deferimento da isenção, a inscrição do candidato será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 3.4.22.** O resultado da análise das solicitações de isenção será divulgado no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, **até o dia 29 de setembro de 2025.**
- 3.4.22.1.** A fundamentação objetiva sobre o indeferimento da solicitação de isenção estará disponível para consulta do candidato no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br> por meio de consulta individual.
- 3.4.22.2.** Da decisão do indeferimento das solicitações de isenção caberá recurso, na forma estabelecida neste Edital no item dos recursos e seus subitens.
- 3.4.22.3.** Após cumprir o estabelecido no item 3.4.4 do Edital, não será permitida a complementação de documentos, nem mesmo no período recursal.
- 3.4.23.** O candidato cuja solicitação de isenção do valor de inscrição for indeferida, após Análise dos Recursos, deverá acessar o endereço eletrônico <www.fumarc.com.br> gerar o boleto conforme estabelecido na alínea “c” do item 3.2.2 deste Edital e efetuar o pagamento **até o dia 22 de outubro de 2025.**
- 3.4.24.** O candidato que não regularizar sua inscrição por meio do pagamento do boleto não terá a sua inscrição confirmada.
- 3.4.25.** O candidato cuja solicitação de isenção de pagamento do valor de inscrição for deferida/confirmada estará automaticamente inscrito no Concurso Público e deverá acessar seu Cartão de Informação – CI, que estará disponível para impressão, no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, 05 (cinco) dias antes da data de realização da prova.

3.5. Das vagas destinadas às pessoas com deficiência – PCD's

- 3.5.1.** Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e na Lei nº 7.853/1989, é assegurado o direito de inscrição para os cargos e empregos públicos, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme previsão no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações dadas pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e da Lei nº 12.764/12 regulamentada pelo Decreto nº 8.368/14 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), bem como na Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ (“O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em Concursos Públicos/Processos Seletivos, às vagas reservadas aos deficientes”); na Lei Federal n. 14.126, de 22 de março de 2021, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal n. 6.949/2009, e ainda a Lei Federal nº 13.146/2015, o Decreto nº 9.508/2018, e a Lei Federal nº 14.768/2023.
- 3.5.2.** Para fins de identificação de cada tipo de deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº. 7.853, de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula 377 do STJ.
- 3.5.3.** As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.
- 3.5.4.** É assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever neste Concurso Público, desde que as atribuições e aptidões específicas estabelecidas para o cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência que possui, na forma prevista na legislação específica.
- 3.5.4.1.** Respeitada a compatibilidade entre a deficiência e as atribuições para o exercício do cargo, a pessoa com deficiência que pretenda concorrer às vagas reservadas, por força de lei, deverá declarar essa condição no ato da inscrição ou isenção, observado o disposto neste Edital.
- 3.5.5.** Ressalvadas as pessoas com deficiência, contidas no Decreto nº. 3.298/99, particularmente em seu art.40, participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação, ao dia, horário e local de realização das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos e a todas as demais normas de regência do Concurso Público.
- 3.5.6.** Conforme estabelecido na Resolução nº 02/2024, por meio do art. 5º, §2º, reserva às pessoas com deficiência, o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso a cada cargo, das que vierem a surgir durante o prazo de validade do Concurso Público, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência, na forma prevista no Decreto Federal nº 3.298/09.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 3.5.6.1.** Caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte número fracionário, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.
- 3.5.7.** Não haverá reserva de vagas para pessoas com deficiência, para provimento imediato, em razão do quantitativo de vagas oferecido. É garantido as pessoas com deficiência, se inscreverem neste Concurso Público, surgindo novas vagas, no prazo de validade do certame, as nomeações seguirão a forma descrita no item 3.5.13.
- 3.5.8.** Para concorrer às vagas reservadas as pessoas com deficiência e ter as condições especiais atendidas, a pessoa com deficiência deverá, durante o período de inscrição ou isenção, preencher o Requerimento de Inscrição ou Isenção de Taxa e proceder da seguinte forma:
- a)** Informar se possui deficiência;
 - b)** Registrar no campo específico o interesse em concorrer às vagas às pessoas com deficiência;
 - c)** Selecionar o tipo de deficiência;
 - d)** Informar se necessita de condições especiais para a realização das provas, especificando as condições, restritamente aos termos da Legislação vigente;
 - e)** Enviar Laudo Médico, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, contendo expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, a categoria em que se enquadra a pessoa com deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/1999 e suas alterações, a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).
- 3.5.8.1.** O laudo médico deverá conter todas as informações necessárias que permitam caracterizar a deficiência e será considerado para análise do enquadramento previsto no artigo 4º do Decreto Federal nº. 3.298/1999 e suas alterações, combinado com o enunciado da Súmula nº 377, do STJ, de 22 de abril de 2009, bem como para assegurar previsão de adaptação da prova do candidato.
- 3.5.8.2.** O Laudo Médico deverá ser digitalizado e enviado, via *upload*, por *link* correspondente e que será disponibilizado no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, devendo ser enviado no período de inscrição, **de 22 de setembro de 2025 a 21 de outubro de 2025**.
- 3.5.9.** O laudo médico original poderá ser requisitado em diligência pela **FUMARC** ou pelo **Município de Candeias/MG**, tendo validade somente para este Concurso Público e não será devolvido, ficando a sua guarda sob a responsabilidade deste ente público.
- 3.5.10.** As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos classificados no Concurso Público ou por falta de aprovados na perícia médica serão preenchidas pelos candidatos de ampla concorrência, com estrita observância da ordem classificatória.
- 3.5.11.** A pessoa com deficiência que desejar concorrer somente às vagas de ampla concorrência, poderá fazê-lo por opção e responsabilidade pessoal, informando a referida opção no Requerimento de Inscrição ou de Isenção, e, não podendo, a partir de então, concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência, conforme disposição legal.
- 3.5.12.** O resultado final deste Concurso Público será feito em três listas contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos de ampla concorrência, inclusive com o nome dos candidatos com deficiência, a segunda, somente a classificação dos candidatos que concorrem às vagas reservadas para as pessoas com deficiência.
- 3.5.13.** No surgimento de vagas aos candidatos com deficiência, a ordem de convocação relativa ao cargo para o qual concorreu, dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 20ª vaga; a 2ª vaga será a 40ª vaga; a 3ª vaga será a 60ª vaga, a 4ª vaga será a 80ª vaga e assim sucessivamente, para futuras vagas destinadas às pessoas com deficiência e providas durante o prazo de validade do Concurso Público.
- 3.5.14.** Na falta de candidatos aprovados para vagas reservadas para pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos da ampla concorrência, observada a ordem de classificação.
- 3.5.15.** Para contratação os candidatos com deficiência serão convocados para se submeter à perícia médica oficial e análise de equipe multiprofissional designada pela **Câmara Municipal de Candeias/MG** que atestará sobre a sua qualificação como deficiente, nos termos do art. 43 do Decreto Federal n.º 3.298/1999 e suas alterações e sobre a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo, decidindo de forma terminativa sobre a caracterização do candidato como deficiente.
- 3.5.15.1.** Concluindo a perícia pela inexistência da deficiência ou por ser ela insuficiente para habilitar o candidato a ingressar nas vagas reservadas ou nas que vierem a surgir durante o prazo de validade do certame, passará a ser considerado como candidato não deficiente, sendo mantido no Concurso Público, apenas na Lista de



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



Classificação de ampla concorrência por cargo, observados os critérios do contraditório e da ampla defesa.

- 3.5.15.2.** A **Câmara Municipal de Candeias/MG** convocará, então, o próximo candidato com deficiência ou o próximo da Lista de Classificação de ampla concorrência por cargo, caso a listagem de pessoas com deficiência do referido cargo já se tenha esgotado.
- 3.5.16.** A pessoa com deficiência que não preencher os campos específicos do Requerimento de Inscrição ou de Isenção e não cumprir em sua totalidade o estabelecido no item 3.5 e seus subitens deste Edital, terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência, não podendo alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.
- 3.5.17.** Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência previstas neste Edital, mesmo que declarada tal condição no Requerimento de Inscrição ou Isenção, o candidato que não cumprir em sua totalidade o estabelecido no item 3.5 e seus subitens deste Edital.
- 3.5.18.** A relação dos candidatos inscritos na condição de pessoa com deficiência será divulgada no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, **até dia 30 de outubro de 2025.**
- 3.5.18.1.** Os candidatos cuja inscrição na condição de pessoa com deficiência foi indeferida/recusada, poderá interpor recurso na forma estabelecida no item dos recursos e seus subitens.
- 3.5.19.** Após a nomeação do candidato com deficiência no cargo para o qual foi classificado, o grau de deficiência não poderá ser arguido para justificar a concessão de readaptação, licença por motivo de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

3.6. Dos Procedimentos para Solicitação de Condição Especial para Realização das provas

- 3.6.1.** Poderão requerer condição especial para a realização das provas, durante o período de inscrição ou isenção:
- a) a pessoa com deficiência;
 - b) a candidata lactante;
 - c) os candidatos com algum tipo de limitação temporária.
- 3.6.2.** Terá a condição especial atendida para realizar a prova, a pessoa com deficiência que cumprir, obrigatoriamente, o estabelecido no item 3.5.8 e seus subitens, desde que especifique as condições especiais necessárias para realização das provas, nos termos da Legislação vigente, no período das Inscrições.
- 3.6.3.** Para o atendimento de “Tempo Adicional”, o Laudo Médico deverá conter, esta solicitação expressa, acompanhada de parecer emitido pelo médico assistente, ou por equipe multiprofissional ou por profissional especialista da área de sua deficiência nos impedimentos apresentados pelo candidato, conforme o disposto no Decreto Federal nº. 9.508, de 2018.
- 3.6.3.1.** A concessão de Tempo Adicional para realização das provas somente será deferida/confirmada caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no Laudo Médico enviado pelo candidato ou parecer emitido por profissional de saúde.
- 3.6.3.2.** Em atenção à isonomia entre os candidatos, por padrão, serão concedidos 60 minutos adicionais aos candidatos que tiverem o pedido de tempo adicional concedido.
- 3.6.4.** A candidata lactante, nos critérios e condições estabelecidos no art. 227 da Constituição Federal, art. 4º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e arts.1º e 2º da Lei nº 10.048/2000 e na Lei Federal nº. 13.872/2019, terá direito de amamentar cujo (a) filho (a) tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.
- 3.6.4.1.** A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo, mediante indicação no Requerimento de Inscrição ou isenção, no período das Inscrições.
- 3.6.4.2.** Para ter a condição especial concedida, a candidata lactante deverá cumprir o estabelecido no item 3.6.4.1 e também enviar a “Certidão de Nascimento”, que comprovará a idade da criança até 6 (seis) meses de idade no dia da realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.
- 3.6.4.3.** O envio da “Certidão de Nascimento” deverá ser da mesma forma e prazo estabelecidos no item 3.5.8.2 deste Edital.
- 3.6.4.4.** A criança deverá estar obrigatoriamente acompanhada de uma pessoa maior de 18 anos, juridicamente capaz, munida de documento de identidade, à qual será responsável por sua guarda, e ambos deverão permanecer em local determinado pela **FUMARC**.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 3.6.4.4.1.** O telefone celular, aparelhos eletrônicos ou demais objetos da pessoa acompanhante responsável pela guarda da criança, deverão permanecer no local determinado pela Coordenação do Concurso durante todo o período de realização das provas.
- 3.6.4.5.** A pessoa acompanhante somente terá acesso aos locais das provas até o horário estabelecido para o fechamento dos portões e somente poderá retirar-se após o período de sigilo.
- 3.6.4.6.** Durante a amamentação, a candidata lactante será acompanhada de uma fiscal da FUMARC, sem a presença do responsável pela guarda da criança.
- 3.6.4.7.** A candidata lactante que não levar uma pessoa responsável pela guarda da criança a ser amamentada não realizará as provas. A FUMARC não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança.
- 3.6.4.8.** A candidata lactante poderá retirar-se, temporariamente, da sala onde estiver sendo realizada a prova, para atendimento à criança a ser amamentada, em sala especial.
- 3.6.4.8.1.** Será assegurada à candidata lactante a compensação do tempo efetivamente despendido para a amamentação quando da realização das provas, com limite máximo de 60 minutos.
- 3.6.4.9.** A candidata lactante que não utilizar o tempo para amamentação ou que comparecer para realização das provas sem a presença do lactente não terá o tempo adicional.
- 3.6.5.** Os candidatos com algum tipo de limitação temporária, em caso de imprevisibilidade em que seja necessário solicitar condição especial, após o término do período de inscrição, deverá enviar um requerimento por escrito, acompanhado de Laudo Médico, especificando o atendimento necessário, por meio do e-mail <fconcursosatendimento@pucminas.br>.
- 3.6.6.** O atendimento às solicitações de condições especiais ficará sujeito à análise de legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.
- 3.6.7.** Independentemente dos motivos alegados, não terá as condições especiais concedidas, mesmo que indicadas no Requerimento de Inscrição ou Isenção, o candidato que não cumprir em sua totalidade o estabelecido nos itens 3.5 e 3.6 e seus respectivos subitens, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a opção de realizar ou não a prova sem as condições especiais solicitadas.
- 3.6.8.** O resultado da análise das solicitações de condições especiais será divulgado no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, **até dia 30 de outubro de 2025**, junto com a Relação dos Candidatos Inscritos na condição de pessoa com deficiência.
- 3.6.8.1.** O candidato poderá consultar o motivo de não ter a condição especial concedida, por meio de consulta individual, no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>.
- 3.6.8.2.** Os candidatos cuja condição especial não foi atendida, poderá interpor recurso na forma estabelecida no item dos recursos e seus subitens.

4 – DAS ETAPAS DO CONCURSO

4.1. 1ª Etapa - Prova Objetiva de Múltipla Escolha

- 4.1.1.** As Provas Objetivas de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos serão distribuídas pelas disciplinas em conformidade com o Quadro de Composição das Provas - **Anexo II**, sendo que cada questão conterà 4 (quatro) alternativas com uma única resposta correta.
- 4.1.2.** Os Conteúdos Programáticos referentes às Provas constam do **Anexo III** deste Edital.
- 4.1.3.** As Provas Objetivas serão avaliadas e apuradas por meio de leitura óptica.
- 4.1.4.** Será considerado aprovado nas Provas Objetivas, o candidato que obtiver no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total de pontos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, e que não receber nota 0 (zero) em qualquer uma das disciplinas das provas objetivas.
- 4.1.4.1.** Será excluído deste Concurso Público, o candidato que não obtiver o percentual mínimo de pontos e os acertos exigidos por disciplina, para a aprovação nos termos do item 4.1.4 deste Edital.

4.2. 2ª Etapa - Prova Aberta e Redação



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



4.2.1. A **Prova Aberta**, 2ª etapa, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada aos cargos de **Advogado, Contador e Controlador Interno**, sendo composta por 2 questões discursivas, abrangendo o conteúdo programático definido neste Edital.

4.2.1.1. O Conteúdo Programático da Prova Aberta, mencionado no item anterior, se restringe à disciplina de Conteúdos Específicos, indicada no **Anexo III**, respectivamente para cada um dos cargos de **Advogado, Contador e Controlador Interno**.

4.2.1.2. A Prova Aberta será aplicada no mesmo dia e horário das Provas Objetivas de Múltipla Escolha.

4.2.1.3. A Prova Aberta será avaliada na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos. Será eliminado do Concurso Público o candidato que não obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total dos pontos distribuídos na Prova Aberta.

4.2.1.4. Cada questão discursiva da Prova Aberta valerá 15 (quinze) pontos e deverá ter a extensão mínima de 10 (dez) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas por questão.

4.2.1.5. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecidas por questão na Folha de Respostas da Prova Aberta.

4.2.1.6. Será atribuída nota 0 (zero) na questão discursiva nos casos de:

- a) que não atender ao número de linhas estabelecido no item 4.2.1.4;
- b) não atender ao conteúdo avaliado;
- c) letra ilegível;
- d) resposta a lápis, em parte ou na sua totalidade;
- e) conter identificação do candidato em local indevido.

4.2.1.7. A correção da Prova Aberta levará em conta os critérios de pontuação definidos a seguir:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Crítérios
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto - AI - (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	15	De 0 a 4 – Ruim
		De 5 a 8 – Regular
		De 9 a 12 – Bom
		De 13 a 15 – Muito Bom
Coerência e Coesão - CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	15	De 0 a 4 – Ruim
		De 5 a 8 – Regular
		De 9 a 12 – Bom
		De 13 a 15 – Muito Bom

4.2.1.8. Serão corrigidas as Provas Abertas dos candidatos aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, conforme os critérios definidos no item 4.1.4 e classificados até os limites estabelecidos no quadro abaixo, respeitados os empates nas últimas posições:

Limites para Correção das Provas Abertas		
Cargo	Ampla Concorrência	PCD
Advogado	10ª Posição	Todos aprovados nas Provas Objetivas de Múltipla Escolha
Contador	10ª Posição	
Controlador Interno	10ª Posição	

4.2.1.9. Os demais candidatos não classificados até as posições acima indicadas no quadro serão automática e definitivamente excluídos do Concurso Público.

4.2.1.10. A Prova Aberta deverá ser manuscrita pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.

4.2.1.11. Não será permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que esteja impossibilitado de redigir textos e tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos deste



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



Edital. Neste caso, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado, a quem deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

- 4.2.1.12.** As Folhas de Respostas da Prova Aberta serão fornecidas juntamente com a Folha de Respostas da Prova Objetiva de múltipla escolha no dia de realização das provas, devendo o candidato, ao seu término, obrigatoriamente devolver ao fiscal todas as Folhas de Respostas (Múltipla Escolha e Aberta), devidamente assinadas apenas no local indicado, sem qualquer outro termo que o identifique.
- 4.2.1.13.** As Folhas de Respostas da Prova Aberta não poderão conter, em outro local que não o apropriado para assinatura, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato.
- 4.2.1.14.** As Folhas de Respostas Oficiais da Prova Aberta será o único documento válido para a avaliação desta etapa. O espaço reservado no caderno de provas para rascunho é de preenchimento facultativo e não valerá para correção.
- 4.2.1.15.** Não será permitido o uso de corretivo e lápis-borracha.
- 4.2.1.16.** Será adotado pela FUMARC processo que impeça a identificação do candidato por parte da Banca Examinadora, garantindo-se, assim, o sigilo na correção da Prova Aberta.
- 4.2.1.17.** O candidato não poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta para auxílio na resposta da Prova Aberta.
- 4.2.1.18.** O candidato deverá observar atentamente as orientações de transcrição de suas respostas das questões discursivas da Prova Aberta. Aquele que não observar tais orientações receberá nota 0 (zero), sendo vedado qualquer tipo de rasura ou substituição da folha de resposta por erro de transcrição e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- 4.2.2. A Prova de Redação, 2ª Etapa, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada ao cargo de Técnico Administrativo e será realizada na forma de desenvolvimento de um texto dissertativo sobre tema contemporâneo.**
- 4.2.2.1.** A Prova de Redação será aplicada no mesmo dia e horário das Provas Objetivas.
- 4.2.2.2.** A prova de Redação deverá conter o mínimo de 20 linhas e o máximo de 30 linhas.
- 4.2.2.3.** A Prova de Redação será avaliada na escala de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos. Será eliminado do Concurso Público o candidato que não obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total dos pontos distribuídos na Prova de Redação.
- 4.2.2.4.** Serão corrigidas as Redações dos candidatos aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, conforme os critérios definidos no item 4.1.4 e classificados até o limite estabelecido no quadro abaixo, respeitados os empates na última posição:

Limites para Correção das Redações		
Cargo	Ampla Concorrência	PCD
Técnico Administrativo	20ª Posição	Todos aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha

- 4.2.2.5.** Os demais candidatos não classificados até a posição indicada no quadro acima serão automática e definitivamente excluídos do Concurso Público.
- 4.2.2.6.** A Prova de Redação abrangerá como itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Crítérios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI – (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	15	De 0 a 4 – Ruim
		De 5 a 8 – Regular
		De 9 a 12 – Bom
		De 13 a 15 – Muito Bom
Coerência e Coesão - CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	15	De 0 a 4 – Ruim
		De 5 a 8 – Regular
		De 9 a 12 – Bom
		De 13 a 15 – Muito Bom



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



Morfossintaxe – M – (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome)	10	Desconto de 1 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO	10	Desconto de 1 ponto por erro
Valor total da Prova		50 Pontos

- 4.2.2.7.** Na Folha de Resposta da Prova de Redação não será permitido qualquer identificação do candidato, pela comissão de correção, na parte destinada ao tema proposto, garantindo assim o sigilo do autor da Prova de Redação.
- 4.2.2.8.** Será adotado processo que impeça a identificação do candidato por parte da banca examinadora, garantindo-se o sigilo do julgamento.
- 4.2.2.9.** Na Prova de Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar/campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação do candidato deste concurso público.
- 4.2.2.10.** Será atribuída nota 0 (zero) à Prova de Redação que apresentar sinais, expressões, marcas ou convenções que possibilitem a identificação do candidato.
- 4.2.2.11.** A Folha para rascunho, constante do caderno de prova, será de preenchimento facultativo e em nenhuma hipótese o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção.
- 4.2.2.12.** Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Prova de Redação, devendo o candidato limitar-se a uma única Folha padrão recebidas.
- 4.2.2.13.** A Prova de Redação deverá ser manuscrita pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- 4.2.2.14.** Não será permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que esteja impossibilitado de redigir textos e tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos deste Edital. Neste caso, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado, a quem deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- 4.2.2.15.** Não será permitido o uso de corretivo e lápis-borracha.
- 4.2.2.16.** Será atribuída nota zero à Prova de Redação:
- a) que não atender ao número de linhas estabelecido no item 4.2.2.2;
 - b) não atender ao conteúdo avaliado;
 - c) letra ilegível;
 - d) resposta a lápis, em parte ou na sua totalidade;
 - e) conter identificação do candidato em local indevido.
- 4.2.2.17.** O candidato deverá observar atentamente as orientações para transcrição de sua resposta da Prova de Redação. Aquele que não observar tais orientações receberá nota 0 (zero), sendo vedado qualquer tipo de rasura ou substituição da Folha de Resposta da Redação erro de transcrição e/ou adulteração na identificação da página, sob pena de eliminação.

4.3. 3ª Etapa - Prova de Títulos

- 4.3.1.** A Prova de Títulos, 3ª Etapa, de caráter classificatório será realizada somente pelos cargos de **Advogado, Contador e Controlador Interno**.
- 4.3.2.** A Prova de Títulos será constituída de titulação acadêmica e participarão desta etapa os candidatos aprovados, conforme critérios definidos no item 4.2.1.8 deste Edital.
- 4.3.3.** A entrega dos documentos relativos à Prova de Títulos é facultativa. O candidato que não entregar títulos não será eliminado do Concurso Público.
- 4.3.4.** Serão aceitos como documentos os Títulos que forem representados por Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC ou órgão estadual competente, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



4.3.5. Os diplomas e/ou certificados expedidos por universidades estrangeiras somente serão considerados quando validados por instituição brasileira legalmente competente para tanto.

4.3.6. Serão considerados Títulos somente os constantes na tabela abaixo, desde que sejam observados os seguintes critérios de comprovação:

TÍTULO	CRITÉRIOS DE COMPROVAÇÃO	Valor de cada título	Valor máximo
Especialização <i>Lato Sensu</i>	<p>Diploma de conclusão do Curso de pós-graduação da Especialização em nível <i>LATO SENSU</i>, na área de atuação, expedido por instituição superior reconhecida pelo MEC ou órgão estadual competente, devidamente registrado, com carimbo de autenticação do cartório ou certificação digital, com os dispositivos de validação (<i>QRcode</i> ou <i>link</i>), com indicação da carga horária mínima de 360h.</p> <p>Será aceita, também, Declaração de conclusão do Curso de pós-graduação da Especialização em nível <i>Lato Sensu</i>, na área de atuação, desde que acompanhada do histórico escolar do curso com os conteúdos ministrados e a indicação da carga horária, com carimbo de autenticação do cartório ou certificação digital, com os dispositivos de validação (<i>QRcode</i> ou <i>link</i>).</p>	1,0	2,0
Mestrado	<p>Diploma de conclusão da Especialização em nível <i>stricto sensu MESTRADO</i>, na área de atuação, expedido por instituição superior reconhecida pelo MEC ou órgão estadual competente, devidamente registrado, ou mediante apresentação da Ata da Banca Examinadora, devidamente assinada, comprovando a aprovação da dissertação ou tese. O diploma ou Ata devem ser apresentados com carimbo de autenticação do cartório ou certificação digital, com os dispositivos de validação (<i>QRcode</i> ou <i>link</i>).</p> <p>Será aceita, também, a Declaração ou Certificado de conclusão de Mestrado, na área de atuação, desde que acompanhado de histórico escolar, contendo os conteúdos ministrados, com carimbo de autenticação do cartório ou certificação digital, com os dispositivos de validação (<i>QRcode</i> ou <i>link</i>).</p>	2,0	2,0
Doutorado	<p>Diploma de conclusão da Especialização em nível <i>stricto sensu DOUTORADO</i>, na área de atuação, expedido por instituição superior reconhecida pelo MEC ou órgão estadual competente, devidamente registrado, ou mediante apresentação da Ata da Banca Examinadora, devidamente assinada, comprovando a aprovação da dissertação ou tese. O diploma ou Ata devem ser apresentados com carimbo de autenticação do cartório ou certificação digital, com os dispositivos de validação (<i>QRcode</i> ou <i>link</i>).</p> <p>Será aceita, também, a Declaração ou Certificado de conclusão de Doutorado, na área de atuação, desde que acompanhado de histórico escolar, contendo os conteúdos ministrados, com carimbo de autenticação do cartório ou certificação digital, com os dispositivos de validação (<i>QRcode</i> ou <i>link</i>).</p>	3,0	3,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		7,00	

4.3.7. Os títulos serão pontuados conforme tabela no item 4.3.6, podendo o candidato apresentar: até 2 (dois) títulos de Especialização *Lato Sensu*, 1 (um) título de *stricto sensu* Mestrado, 1 (um) título de *stricto sensu* Doutorado.

4.3.8. A formação acadêmica exigida para cumprimento de requisitos mínimos para nomeação, não será considerada para efeito de pontuação na Prova de Títulos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 4.3.9. Para apresentação de documentos relativos à Prova de Títulos, o candidato deverá acessar no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br> no *link* correspondente à Prova de Títulos, digitalizando e enviando, via *upload*, os documentos para análise.
- 4.3.10. A tempestividade da apresentação dos títulos pelo candidato será verificada pela data de envio por meio de *upload*.
- 4.3.11. A convocação oficial para entrega de documentos relativos à Prova de Títulos será publicada juntamente com o Resultado Final das Provas Objetivas, no qual constarão as orientações para envio dos documentos, que deverão ser obrigatoriamente observadas pelo candidato.
- 4.3.12. Todos os títulos deverão ser enviados de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição de documentos durante ou após os períodos estabelecidos neste Edital para envio ou quando da interposição de recursos.
- 4.3.13. Não serão aceitos títulos entregues fora do prazo, por fax ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.
- 4.3.14. Toda documentação deverá ser apresentada em cópia legível e de acordo com as especificações do item 4.3 e seus subitens.
- 4.3.15. Serão considerados documentos apresentados com atestado de validade digital por meio de código de validação (*QRcode* ou *link*).
- 4.3.16. A Prova de Títulos se limitará ao valor máximo de 7 (sete) pontos.
- 4.3.17. No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.
- 4.3.18. Não serão disponibilizadas cópias da documentação enviadas para análise, fazendo parte integrante do Concurso Público.
- 4.3.19. Será de inteira responsabilidade do candidato o envio da documentação referente a títulos nos termos deste Edital e seus anexos, sob pena de não ser considerado pela banca examinadora.
- 4.3.20. Serão recusados, liminarmente, os títulos que não atenderem as exigências deste edital.

5 – DO CARTÃO DE INFORMAÇÃO-CI / LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 5.1. O Cartão de Informação- CI contendo a data, horário e local/sala de realização das Provas será disponibilizado, para consulta e impressão do candidato, no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br> **em até 05 (cinco) dias antes da data de realização da prova.**
- 5.1.1. Sendo de exclusiva responsabilidade do candidato que tiver sua inscrição deferida/confirmada, consultá-lo e imprimi-lo, após a disponibilização citada no item anterior.
- 5.2. Caso o candidato não consiga obter o seu Cartão de Informação-CI, conforme estabelecido no item 5.1, deverá entrar em contato com a **FUMARC**, **até a data de 05/12/2025**, por telefone, pessoalmente ou por terceiro munido de procuração com poderes específicos, na Avenida Francisco Sales, 540, bairro Floresta – BH/MG, ou pelo telefone (31) 3249-7455 / 3249-7404, dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 17h, munido do boleto, juntamente com o comprovante de pagamento devidamente quitado, para orientações.
- 5.3. No Cartão de Informação-CI estarão expressos o nome completo do candidato, o número do documento de identidade, a data de nascimento, a data, o horário, o local de realização das provas (escola/prédio/sala) e outras orientações úteis ao candidato.
- 5.3.1. É obrigação do candidato conferir seu nome, o número do documento utilizado na inscrição, a sigla do órgão expedidor, bem como a data de nascimento.
- 5.3.2. Eventuais erros de digitação ocorridos no nome do candidato, na sua data de nascimento, no número do documento de identidade utilizado na inscrição, constantes no Cartão de Informação-CI deverão ser comunicados pelo candidato ao Fiscal de Prova, no dia, no horário e no local de realização das provas e constarão na Ata de sala.
- 5.3.3. Caso o candidato não comunique o erro de digitação referente a sua data de nascimento em até 48 horas após a realização das provas arcará com o prejuízo advindo de tal erro.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 5.4. Em nenhuma hipótese serão efetuadas alterações e/ou retificações nos dados informados ou confirmados pelo candidato no Requerimento de Inscrição ou Isenção, relativos ao cargo e a condição em que concorre indicados pelo candidato no ato da inscrição ou isenção.
- 5.5. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização das provas, para fins de justificativa de sua ausência.
- 5.6. É de exclusiva responsabilidade do candidato, tomar ciência do trajeto até o local de realização das provas, a fim de evitar eventuais atrasos, sendo aconselhável ao candidato visitar o local de realização das provas com antecedência.
- 5.7. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para às provas, por qualquer motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
- 5.8. O não comparecimento às provas, por qualquer motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste Concurso Público.
- 5.9. O candidato que, por qualquer motivo, não visualizar o seu Cartão de Informação-CI, mas que apresente o respectivo comprovante de pagamento, comprovando ter efetuado o pagamento nos prazos previstos neste Edital, poderá participar do Concurso Público.
- 5.9.1. Para ser incluído, o candidato deverá entrar em contato com a **FUMARC** imediatamente nas formas previstas no item 5.2, após a disponibilização do Cartão de Informação-CI, para ser informado do horário e local onde realizará as provas, onde deverá ser preenchido e assinado, no dia das provas, formulário específico.
- 5.9.2. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional, sujeita a posterior verificação quanto à regularidade da referida inscrição.
- 5.9.3. Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

6 – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 6.1. As Provas Objetivas da 1ª Etapa, as Provas Abertas e a Prova de Redação da 2ª Etapa serão aplicadas no mesmo dia e horário, na data provável **de 07 de dezembro de 2025**, no município de **Candeias/MG**.
- 6.1.1. Caso o município de **Candeias/MG** não disponha de condições de alocar todos os candidatos em sua cidade, esses poderão ser alocados em cidade ou distrito próximo para a realização das provas.
- 6.2. Os portões de todos os locais de realização das provas serão **abertos às 08h00min e fechados às 09h00min**, de acordo com o horário oficial de Brasília/DF, dando início às atividades relativas à aplicação das provas.
- 6.2.1. Os horários estabelecidos no item anterior são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência da **FUMARC** e **Câmara Municipal de Candeias/MG**. Caso haja alteração, esta será previamente comunicada nas formas previstas no item 1.4 deste Edital.
- 6.3. O tempo de duração para o candidato realizar as provas da 1ª e 2ª Etapas, será conforme quadro abaixo, de acordo com o horário oficial de Brasília/DF:

Cargo	Etapa	Duração
Auxiliar de Serviços Gerais	1ª Etapa	2 (duas) horas
Recepcionista		
Técnico Administrativo	1ª e 2ª Etapas	4 (quatro) horas
Advogado		
Contador		
Controlador Interno		

- 6.4. O horário e local constarão no Cartão de Informação-CI. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local onde fará as provas e o comparecimento no horário determinado.
- 6.5. O candidato não poderá alegar desconhecimento dos horários ou dos locais de realização das provas como justificativa de sua ausência.
- 6.6. Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar quaisquer provas fora da data, da cidade, do horário, do



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



local/sala determinado pela **FUMARC**.

- 6.7.** Não haverá segunda chamada para realização de nenhuma das provas, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, será considerado como desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste Concurso.
- 6.8.** Período de Sigilo: Os candidatos somente poderão ausentar-se do recinto de realização das provas, decorrida 1(uma) hora do início de realização das mesmas.
- 6.8.1.** O candidato que, por qualquer motivo se recusar a permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido no item 6.8 terá o fato consignado em ata e poderá ser eliminado do Concurso Público, após análise da Comissão do Concurso Público.
- 6.9.** Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, exceto o previsto nos itens 3.6.3.2 e 3.6.4.8.1 do Edital, e que forem deferidas, após análise de solicitação.
- 6.10.** A **Câmara Municipal de Candeias/MG G** e **FUMARC** eximem-se das despesas e reembolso com deslocamento dos candidatos nos dias de realização de quaisquer provas, exames, avaliações, contratação de qualquer natureza relativa à participação dos candidatos neste Concurso Público, ressalvada a única exceção prevista na Devolução do Valor de Inscrição.
- 6.11.** No dia da aplicação das provas, em todos os locais de sua realização, serão convidados, aleatoriamente, 3 candidatos, para presenciarem a abertura dos malotes contendo os pacotes de provas e assim comprovarem a inviolabilidade de todo o material sigiloso, quando será feito o rompimento dos lacres dos malotes e lavrado termo formal de abertura que levará a assinatura de todos os presentes.
- 6.12.** Os cadernos de provas serão acondicionados em envelopes de segurança que serão abertos nas respectivas salas de realização das provas, no dia de sua aplicação e na presença de todos os candidatos que, ao presenciar a abertura deste pacote, comprovarão a inviolabilidade das provas.
- 6.13.** Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.
- 6.14.** O candidato não poderá fazer anotação de questões ou informações relativas às suas respostas em quaisquer outros meios que não os permitidos nesse Edital e seus anexos, especificados na capa do Caderno de provas.
- 6.15.** O tempo de duração das provas abrange a transcrição das respostas do Caderno de Questões das Provas para as Folhas de Respostas oficiais das Provas.
- 6.16.** Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e/ou permanência de pessoas não autorizadas pela **FUMARC**, salvo o previsto no item 3.6.4.4 deste Edital.
- 6.17.** Não será permitida a entrada de candidato no estabelecimento onde serão realizadas as provas após fechamento dos portões e, nessa hipótese, o candidato será automaticamente eliminado desse Concurso Público.
- 6.18.** O candidato deverá comparecer ao local das provas com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência do fechamento dos portões, munido do documento de identidade com foto, original, oficial, válido e impresso, preferencialmente o mesmo utilizado no ato de inscrição, e de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, borracha e lápis, preferencialmente, portando o Cartão de Informação – CI ou do boleto original quitado com comprovante de pagamento.
- 6.18.1.** É facultado ao candidato levar no dia da prova:
- água, suco, refrigerante ou isotônico em garrafa transparente e sem rótulo;
 - lanche de consumo rápido, tais como: barra de cereais, chocolate, biscoitos em embalagens industrializadas lacradas ou transparentes.
- 6.19.** NÃO será permitido o uso de lapiseira, corretivo ou lápis-borracha.
- 6.20.** O ingresso do candidato na sala para a realização das provas somente será permitido dentro do horário estabelecido pela **FUMARC**, no item 6.18 neste Edital.
- 6.21.** Somente será admitido no local de realização das provas, o candidato que estiver inscrito neste Concurso Público e desde que apresente, **obrigatoriamente, o documento de identidade com foto original, oficial, válido e impresso, não sendo aceita cópia, mesmo que autenticada.**
- 6.22.** O comprovante de pagamento de inscrição e o Cartão de Informação (CI) por si só não será aceito para a identificação do candidato. No caso de perda, roubo ou na falta do documento de identidade informado na



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



inscrição, o candidato deverá apresentar outro documento equivalente com foto original, oficial, válido e impresso, podendo ser submetido à identificação especial, que compreende na coleta de assinatura e/ou impressão digital em formulário próprio.

- 6.23.** Serão considerados documentos de identidade válidos: CNH e/ou novo modelo do RG digital (apresentada diretamente do aplicativo no celular, não sendo aceita a mera apresentação de fotografia destes documentos), carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc); passaporte, Certificado de Reservista com foto, Carteira de Trabalho, Carteira Nacional de Habilitação com fotografia.
- 6.23.1.** Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Protocolos, Boletim de Ocorrência, Certidão de Nascimento ou Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal nº 9.503/97, Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada, CTPS Digital, cópias dos documentos ainda que autenticados, ou qualquer outro documento não constante neste Edital.
- 6.23.2.** O documento de identificação deverá estar em perfeita condição a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato, e deverá conter filiação, fotografia, data de nascimento e assinatura.
- 6.24.** As instruções constantes no Caderno de Questões das Provas e nas Folhas de Respostas oficiais, bem como as orientações e instruções expedidas pela **FUMARC** e **Câmara Municipal de Candeias/MG** durante a realização das provas complementam este Edital e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato.
- 6.24.1.** O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, as respostas do Caderno de Questões para as Folhas de Respostas oficiais, que serão os únicos documentos válidos para a correção das provas, sendo vedada a participação de terceiro, salvo as condições especiais solicitadas e concedidas conforme regras estabelecidas neste Edital.
- 6.24.1.1.** No caso das condições especiais solicitadas e concedidas, o candidato será acompanhado por um Fiscal devidamente treinado, a quem deverá ditar as alternativas a serem marcadas. Sendo de responsabilidade do candidato, conferir as marcações/transcrições feitas pelo fiscal antes de entregar as Folhas de Respostas.
- 6.24.2.** É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento das Folhas de Respostas, bem como sua assinatura, conforme as especificações nelas constantes. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital ou com as Folhas de Respostas, contendo marcação rasurada, emendada, dupla ou campo não preenchido integralmente.
- 6.25.** A avaliação da Prova Objetiva de Múltipla Escolha será feita através de processamento eletrônico de dados. Por isso serão consideradas, exclusivamente, as respostas transferidas para a Folha de Respostas de Múltipla Escolha, utilizando-se de caneta esferográfica ponta grossa, de tinta azul ou preta, não sendo atribuído ponto à questão que contenha mais de uma resposta assinalada, emenda, rasura ou à lápis.
- 6.26.** Não haverá substituição de nenhuma das Folhas de Respostas por erro do candidato.
- 6.27.** O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou de qualquer modo danificar suas Folhas de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.
- 6.28.** Será considerada nula as Folhas de Respostas que estiverem marcadas ou escritas a lápis, bem como contendo qualquer forma de identificação do candidato fora do local especificamente indicado para tal finalidade.
- 6.29.** Ao terminar as provas ou findo o tempo de duração previsto no Edital para sua realização, o candidato deverá entregar, obrigatoriamente, o Caderno de Questões das Provas e as Folhas de Respostas oficiais de todas as provas, devidamente preenchidas e assinadas.
- 6.30.** Ao terminarem e entregarem o Caderno de Questões e as Folhas de Respostas oficiais das provas, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo permitido a utilização dos banheiros do local de provas.
- 6.31.** Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas juntos, após acompanharem os procedimentos dos Fiscais, na conferência do número e o correto armazenamento das Folhas de Respostas e assinando, juntos com os Fiscais, a Ata de Sala declarando ter presenciado e acompanhado a conferência e lacre dos envelopes contendo as Folhas de Respostas e demais documentos em envelopes de segurança.
- 6.31.1.** O candidato que não cumprir o disposto no item anterior insistindo em sair da sala de realização das Provas deverá assinar termo constando os motivos do descumprimento. Caso o candidato se negue a assinar o referido Termo, este será assinado e testemunhado pelos outros 2 (dois) outros candidatos e pelos fiscais de sala. O



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



termo será enviado à **Câmara Municipal de Candeias/MG** para as providências decorrentes, podendo o candidato ser eliminado do certame.

- 6.32.** Não será permitido aos candidatos, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares.
- 6.33.** Não será permitido aos candidatos, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, calculadora, notebook, tablet, gravador, chave eletrônica/controlador de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, o uso de livros, anotações, códigos, manuais, impressos, manuscritos ou qualquer outro material literário ou visual.
- 6.34.** É vedado o ingresso do candidato na sala de provas portando qualquer tipo de arma ou objetos similares, mesmo que o candidato possua a respectiva autorização de porte. Em nenhuma hipótese a **FUMARC** fará guarda de arma de qualquer espécie, no dia das provas.
- 6.35.** A **Câmara Municipal de Candeias/MG** e **FUMARC** não se responsabilizarão pela guarda de objetos ou de equipamentos eletrônicos durante a realização das provas.
- 6.36.** Telefone celular, ou qualquer outro equipamento eletrônico dos candidatos, enquanto na sala de prova e/ou no estabelecimento onde serão aplicadas as provas, deverão permanecer desligados, com sua bateria retirada, sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.
- 6.37.** No caso dos telefones celulares, do tipo *smartphone*, em que não é possível a retirada da bateria, os mesmos deverão ser desligados e acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova. Caso tais aparelhos emitam qualquer som, o candidato poderá ser eliminado do Concurso Público, a critério da **Câmara Municipal de Candeias/MG**. Sendo assim, antes de desligar o aparelho, o candidato deverá desabilitar alarmes, lembretes, avisos de qualquer natureza e que possam provocar o ligamento automático do aparelho e a emissão de som ou vibração, durante a realização das provas.
- 6.37.1.** O candidato que, durante a realização das provas, for encontrado portando quaisquer um dos objetos especificados nos itens 6.33 e 6.34, incluindo os aparelhos eletrônicos citados, mesmo que desligados, terá a ocorrência registrada em Ata, que será avaliada pela Comissão do Concurso da **Câmara Municipal de Candeias/MG**, ouvida a **FUMARC** no que couber, podendo o candidato ser eliminado do Concurso Público.
- 6.37.2.** Recomenda-se que o candidato leve apenas os objetos citados no item 6.18. Caso assim não proceda, a **Câmara Municipal de Candeias/MG** e **FUMARC** não se responsabilizarão por perda, dano ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos a eles causados.
- 6.38.** Os objetos ou documentos perdidos durante a realização das provas, que porventura venham a ser entregues à **FUMARC**, serão guardados pelo prazo de 30 (trinta) dias e encaminhados posteriormente à seção de achados e perdidos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT.
- 6.39.** O candidato, após ter assinado a lista de presença e acomodado na sala de provas, não poderá manusear nenhum dos equipamentos eletrônicos, nem consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguarda o horário de início das provas e somente poderá deixar a sala/local de realização das provas, acompanhado, mediante consentimento prévio, sob a fiscalização da equipe de aplicação das provas.
- 6.40.** Durante todo o período de realização das provas, por medida de segurança, principalmente, mas não somente os candidatos que tiverem cabelos longos, deverão deixar as orelhas totalmente descobertas e à vista dos fiscais de sala.
- 6.41.** Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame e ainda a critério da **FUMARC** e **Câmara Municipal de Candeias/MG**, será utilizado o sistema de detecção de metal.
- 6.42.** Terá atribuída a nota 0 (zero) e automaticamente eliminado, o candidato que deixar de comparecer à realização das provas.
- 6.43.** No dia da realização das provas, não serão fornecidas por qualquer membro da Equipe de aplicação das provas, e/ou pelas Autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou aos critérios de avaliação/classificação.
- 6.44.** O candidato que necessitar comprovar sua participação na realização das provas deverá imprimir a Declaração de Comparecimento – **Anexo V**, disponível no endereço eletrônico **FUMARC** <www.fumarc.com.br> levando-a preenchida no dia da prova, solicitando que o Coordenador Local ateste sua presença nas provas, assinando-o.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



6.45. Poderá ser eliminado neste Concurso Público, o candidato que:

- a) Apresentar-se após o fechamento dos portões e fora dos locais/cidade determinados;
- b) Não comparecer à realização das provas, seja qual for o motivo alegado;
- c) Não apresentar documento de identidade oficial, original, válido e impresso exigido ou quaisquer dos documentos oficiais equiparados conforme previstos neste Edital;
- d) Estabelecer comunicação, por qualquer meio, com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este Concurso Público;
- e) Portar arma (s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o respectivo porte;
- f) Ausentar-se da sala/local de realização das provas sem o acompanhamento do fiscal ou deixar o local de realização das provas antes de decorrida 1 (uma) hora de seu início.
- g) Fizer uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual, salvo se expressamente admitido no Edital;
- h) For surpreendido usando e/ou portando algum dos objetos indicados nos itens 6.33 e 6.34;
- i) Não prender os cabelos longos deixando à mostra as orelhas;
- j) Não entregar o Caderno de Questões das Provas e as Folhas de Respostas oficiais ao terminar a duração de realização das provas;
- k) Fizer anotação de informações relativas às questões das provas e suas respostas (copiar) fora dos meios permitidos;
- l) Ausentar-se da sala de realização das provas, portando as Folhas de Respostas e/ou Caderno de Questões das Provas;
- m) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do Concurso Público;
- n) Não permitir a coleta de sua assinatura ou impressão digital;
- o) Recusar a submeter-se ao sistema de detecção de metal;
- p) Recusar-se a cumprir o previsto nos itens 6.8 e 6.31;
- q) Fotografar, filmar ou, de alguma forma, registrar e divulgar imagens e informações acerca do local de realização das provas e de seus participantes;
- r) Desrespeitar, ofender, agredir ou, de qualquer outra forma, tentar prejudicar outro candidato;
- s) Perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos durante a preparação ou realização das provas;
- t) Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes;
- u) Recusar-se a seguir as instruções dadas por membro da Comissão Organizadora, da Banca Examinadora, da equipe de aplicação e apoio às provas ou qualquer outra autoridade presente no local do certame;
- v) Deixar de atender as normas contidas no Caderno de Questões das Provas e nas Folhas de Respostas oficiais e demais orientações/instruções expedidas pela **FUMARC**.

6.45.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 6.45 deste Edital, a **FUMARC** lavrará ocorrência e encaminhará o referido documento para a **Câmara Municipal de Candeias/MG**, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

6.46. Se após as provas for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

7 – DA APROVAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1. Será eliminado do Concurso Público o candidato que não obtiver, no mínimo de pontos constante no item 4.1.4, de acordo com o cargo pretendido e ficar fora do limite para correção das Provas Abertas e Redação, conforme estabelecidos nos itens 4.2.1.8 e 4.2.2.4.

7.2. O Resultado Final deste Concurso Público corresponderá ao somatório das notas obtidas em cada uma das disciplinas das Provas Objetivas, Abertas, Redação e na Prova de Títulos.

7.3. Havendo empate quanto ao número de pontos obtidos para fins de classificação, terá preferência, sucessivamente, o candidato com:



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- a) Idade igual ou superior a 60(sessenta) anos, completados até a data de ser procedido o desempate na forma do disposto no parágrafo único do art.27 da Lei Federal nº10.741/2003 (Estatuto do Idoso), ou seja, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada;
- b) Maior pontuação na disciplina de Conhecimentos Específicos (quando houver);
- c) Maior pontuação na disciplina de Língua Portuguesa;
- d) Maior pontuação na disciplina de Matemática (quando houver);
- e) Maior pontuação na disciplina de Legislação (quando houver);
- f) Maior pontuação na disciplina de Raciocínio Lógico (quando houver);
- g) Maior pontuação na disciplina de Noções de Informática (quando houver);
- h) Maior idade, considerando ano, mês e dia de nascimento;
- i) Permanecendo o empate será realizado, pela **Câmara Municipal de Candeias/MG**, sorteio público.

7.3.1. Caso seja necessário o sorteio público deverá ser previamente comunicado aos candidatos, informando a hora e o local de sua realização e marcado com prazo não inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição do comunicado pela **Câmara Municipal de Candeias/MG**.

7.3.2. Ao sorteio público será conferida a ampla publicidade pelos mesmos instrumentos de divulgação deste Edital e seus anexos.

7.4. Os candidatos aprovados neste Concurso Público serão classificados em ordem decrescente de nota final.

7.5. O resultado final do Concurso Público será divulgado por meio de listas, a saber:

- a) a primeira lista contendo a classificação geral por cargo, de todos os candidatos, incluindo os candidatos com deficiência;
- b) a segunda lista contendo exclusivamente a classificação dos candidatos com deficiência, por cargo.

7.6. Caso as vagas que vierem a surgir para os candidatos referentes a segunda lista e que não forem preenchidas, serão aproveitadas pelos demais candidatos, observada rigorosamente a ordem de classificação geral.

7.7. Os candidatos aprovados serão convocados obedecendo à ordem classificatória por cargo.

7.8. Os demais candidatos não aprovados e não classificados serão excluídos do Concurso Público.

7.9. O resultado final deste Concurso Público será publicado nos endereços eletrônicos da **Câmara Municipal de Candeias/MG** <www.camaracandeias.mg.gov.br>, Diário de Minas Gerais <www.jornalminasgerais.mg.gov.br>, no Diário Oficial do Município de Candeias <<https://www.candeias.mg.gov.br/portal/diario-oficial>> bem como divulgadas no quadro de Avisos da **Câmara Municipal de Candeias/MG** e no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br>.

7.10. Não haverá publicação ou divulgação de candidatos reprovados.

7.10.1. O candidato reprovado poderá consultar seu resultado através de Consulta Individual no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br>.

8 – DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos recursos que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos relativos às seguintes decisões proferidas durante o Concurso Público:

- a) Anulação e cancelamento da inscrição;
- b) Indeferimento dos pedidos de isenção do valor da taxa de inscrição;
- c) Indeferimento da inscrição por falta de pagamento;
- d) Indeferimento da inscrição na condição de pessoa com deficiência;
- e) Indeferimento do pedido de condições especiais para realização da prova;
- f) Questões da Prova Objetiva e gabarito preliminar;
- g) Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, desde que se refira a erro de cálculo das notas;
- h) Resultado das Provas Aberta e Redação;
- i) Resultado da Prova de Títulos e somatório de notas;
- j) Classificação Final.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 8.1.1.** O prazo para interposição dos recursos será até o terceiro dia útil subsequente à publicação do objeto de recurso.
- 8.2.** Para apresentação de recursos o candidato deverá acessar no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br> o *link* correspondente ao objeto do recurso, digitalizando e enviando, via *upload*, o recurso.
- 8.2.1.** Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.
- 8.2.2.** Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a ato diverso do questionado.
- 8.2.3.** Não serão reconhecidos os questionamentos efetuados por outro meio que não o estipulado no item 8.2 deste Edital.
- 8.3.** O prazo previsto para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.
- 8.4.** No caso do recurso contra **Indeferimento da inscrição por falta de pagamento**, o candidato deverá, obrigatoriamente, apresentar cópia legível do comprovante de pagamento, bem como toda a documentação e informações que julgar necessárias à comprovação da regularidade do pagamento de sua inscrição.
- 8.5.** No caso do recurso contra **Questões da Prova Objetiva e Gabarito Preliminar** serão divulgados os gabaritos e as questões da Prova Objetiva no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br> no 1º dia subsequente ao da realização da prova.
- 8.6.** No caso de apresentação de **recurso contra a totalização dos pontos obtidos na Prova Objetiva de Múltipla Escolha**, o candidato deverá registrar o total de pontos obtidos e o total de pontos publicados.
- 8.6.1.** A imagem digitalizada da Folha de Respostas da Prova Objetiva de Múltipla Escolha do candidato será disponibilizada pela **FUMARC** na mesma data da divulgação das notas, ficando disponível para consulta individual do candidato, somente durante o prazo recursal.
- 8.7.** No caso de apresentação de **recurso contra o Resultado das Prova Abertas e Redação**, o candidato deverá registrar o total de pontos obtidos e o total de pontos publicados.
- 8.7.1.** O enunciado das questões e a imagem digitalizada da Folhas de Respostas corrigida da Prova Aberta e da Prova de Redação serão disponibilizadas pela **FUMARC** na mesma data da divulgação das notas, ficando disponível para consulta individual do candidato, somente durante o prazo recursal.
- 8.8.** No caso da apresentação de **recurso contra o Resultado da Prova de Títulos e somatório das notas**, a **FUMARC** disponibilizará na mesma data da divulgação das notas, o Formulário de Análise dos Títulos do candidato, ficando disponível para consulta individual do candidato, somente durante o prazo recursal.
- 8.9.** Os recursos deverão obedecer às seguintes especificações:
- Não conter qualquer identificação do candidato no corpo do texto de argumentação lógica do recurso;
 - Ser elaborado com argumentação lógica, consistente e acrescidos de indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seu questionamento;
 - Apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso.
- 8.10.** Cada candidato poderá interpor apenas um recurso por questão ou objeto.
- 8.11.** Serão indeferidos os recursos:
- Indevidamente fundamentados;
 - Sem argumentações lógicas e consistentes;
 - Em desacordo às especificações determinadas neste Edital;
 - Fora do prazo estabelecido no item 8.1.1;
 - Que apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada no recurso;
 - Apresentados contra terceiros;
 - Interpostos coletivamente;
 - Cujo teor desrespeite a Banca Examinadora.
- 8.12.** Serão indeferidos, liminarmente, os recursos encaminhados por outros meios ou fora do formato especificado neste Edital.
- 8.13.** Não serão permitidas ao candidato a inclusão, a complementação ou a substituição de documentos durante ou após os períodos recursais, exceto na hipótese prevista no item 8.4.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 8.14. Após o envio do recurso o candidato poderá acessar apenas para conferência das informações enviadas.
- 8.15. Se a análise do recurso resultar anulação de questão ou de item de questão, relativamente à Prova Objetiva, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de interposição de recursos. Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.
- 8.16. Se houver alteração do gabarito oficial, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas objetivas serão corrigidas de acordo com o gabarito revisado.
- 8.17. Se houver alteração referente à totalização dos pontos obtidos em quaisquer das provas, de ofício ou por força de provimento de recurso, será feito novo processamento, podendo haver alteração na classificação final.
- 8.18. O resultado das decisões dos recursos será divulgado no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br>.
- 8.19. A fundamentação da decisão relativa aos recursos estará disponível para consulta individual pelo candidato no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br>, após a divulgação do resultado dos recursos.
- 8.20. A Banca Examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 8.21. Em nenhuma hipótese será aceita a revisão de recurso. As decisões dos recursos possuem caráter terminativo e não serão objeto de reexame.
- 8.22. O candidato que não interpuser recurso no prazo estipulado conforme item 8 e seus subitens será responsável pelas consequências advindas de sua omissão.

9 – DA NOMEAÇÃO

- 9.1. Conforme conveniência administrativa da **Câmara Municipal de Candeias/MG**, o candidato nomeado deverá se apresentar no ato da posse, às suas expensas, no prazo de 30(trinta) dias, contados do envio de correspondência no endereço indicado pelo candidato no ato da isenção ou inscrição, mediante solicitação escrita e fundamentada do interessado e despacho favorável da autoridade competente para dar posse, conforme art. 25, §3º, da Lei Complementar Municipal nº 04/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos da **Câmara Municipal de Candeias/MG** e outras legislações correspondentes, sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.
- 9.2. A **Câmara Municipal de Candeias/MG** convocará, observada a ordem de classificação por cargo, o candidato aprovado, quando nomeado, no Concurso Público, a apresentar original e cópia legível dos documentos abaixo elencados, sendo as autenticações realizadas por Servidor Público da **Câmara Municipal de Candeias/MG**:
- a) Carteira de Identidade;
 - b) CPF
 - c) Título de Eleitor
 - d) Comprovante de votação da última eleição ou Quitação eleitoral (internet);
 - e) Certidão de Casamento ou Nascimento;
 - f) Certidão de Nascimento e CPF de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
 - g) Certificado de Reservista (para os do sexo masculino);
 - h) 1 foto 3x4;
 - i) Diploma que confira a ao portador a formação escolar compatível com a exigência do cargo e registro no Conselho competente, quando for o caso;
 - j) Comprovante de endereço;
 - k) Certidão bons antecedentes criminais;
 - l) Certidões negativas cível e criminal, no mínimo relativas aos últimos oito (08) anos, de todo e qualquer domicílio adotado pelo candidato no mesmo período, fornecidas pelos órgãos de distribuição de 1º grau da Justiça Federal e Estadual, e também Militar;
 - m) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, até a data da posse (disponível na **Câmara Municipal de Candeias/MG**);
 - n) Declaração de acúmulo de cargos (disponível na **Câmara Municipal de Candeias/MG**);
 - o) Declaração de parentesco político (disponível na **Câmara Municipal de Candeias/MG**).



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 9.2.1.** O candidato que apresentar certidão positiva de antecedentes criminais somente poderá ser impedido de tomar posse mediante ato fundamentado da Administração, sendo-lhe reservado o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- 9.3.** Será tornado sem efeito o ato de nomeação, se a posse do candidato não ocorrer no prazo estabelecido no item 9.1 deste Edital, e por não apresentar o original e a cópia de qualquer um dos documentos obrigatórios/comprobatórios exigidos no item 9.2 deste Edital.
- 9.4.** Após tomar posse, o candidato passará à condição de servidor público e deverá entrar em exercício no prazo de **10 (dez) dias**, contados da data da posse, conforme estabelecido no art. 27, §1º da Lei Complementar Municipal nº 04, DE 1º DE junho DE 2001.
- 9.5.** O candidato contratado será responsável **civil, penal e administrativamente** por quaisquer informações inverídicas que vier a prestar, sendo assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10 – DOS EXAMES MÉDICOS PRÉ-ADMISSIONAIS

- 10.1.** Todos os candidatos nomeados em decorrência de aprovação neste Concurso Público, serão convocados por meio de correspondência encaminhada no endereço indicado pelo candidato no ato da isenção ou inscrição, para se submeterem, obrigatoriamente, aos exames médicos pré-admissionais, supervisionados por profissional de Medicina do Trabalho, que concluirá quanto à aptidão física e mental do candidato para a posse e o exercício do cargo.
- 10.2.** Após a apresentação, conferência e autenticação dos documentos exigidos, o candidato receberá o encaminhamento para a realização do exame admissional, indicando local, dia, horário, se submetendo à inspeção de junta médica oficial, designada para este fim.
- 10.3.** O candidato PCD, se aprovado, conforme este Edital, paralelamente ao exame médico admissional, será submetido à inspeção médica oficial da **Câmara Municipal de Candeias/MG** ou por médicos e profissionais de saúde por ela designados, com a finalidade de verificar e confirmar as informações prestadas pelo candidato de acordo com o laudo médico apresentado no período de inscrição.
- 10.4.** Nos laudos dos resultados de exames, previstos deste Edital, deverão constar o nome completo do candidato e a data de nascimento, conforme inscrição, além da identificação (CRM) dos profissionais responsáveis pelos laudos.
- 10.5.** Os laudos dos resultados de exames emitidos pela *internet* serão aceitos somente se constarem a assinatura digital e o número do profissional responsável pela realização do exame.
- 10.6.** No exame admissional, todos os candidatos serão submetidos a um questionário de antecedentes clínicos.
- 10.7.** O candidato que for julgado inapto, no exame admissional, poderá interpor recurso e apresentá-lo à Junta Médica/Medicina do Trabalho, designada pela **Câmara Municipal de Candeias/MG**, durante horário de funcionamento administrativo, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, ininterruptamente, a contar do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da publicação do resultado do respectivo exame.
- 10.7.1.** Decorrido o prazo para interposição do recurso, sem que os candidato se manifeste e sendo considerado inapto em quaisquer dos exames médicos pré-admissionais, o mesmo estará impedido de tomar posse e terá seu ato de nomeação tornado sem efeito.
- 10.7.2.** A Junta Médica da **Câmara Municipal de Candeias/MG**, terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do recurso pelo candidato, para análise e julgamento.
- 10.8.** Para os casos que o candidato for considerado apto, após o resultado do recurso, este deverá comparecer no local pelo qual foi indicado para sua nomeação, no prazo de até 03 (três) dias úteis, para efetivação da posse.
- 10.8.1.** O não comparecimento do candidato na data prevista, implicará na sua **eliminação** do Concurso Público.
- 10.9.** Os candidatos inscritos como pessoas com deficiência para as vagas que vierem a surgir, aprovados e nomeados neste Concurso Público, além de apresentarem o laudo médico especificado no item 3.5.8 e seus subitens deste Edital, serão convocados, para se submeterem à perícia para a caracterização da deficiência, para a avaliação de aptidão física e mental, além da verificação da compatibilidade entre a deficiência do candidato e as atividades inerentes ao cargo para a qual concorre, através da Perícia Médica Oficial da **Câmara Municipal de Candeias/MG**.
- 10.9.1.** O candidato passará pela inspeção realizada pela perícia médica oficial da **Câmara Municipal de Candeias/MG** a ser realizada por profissional médico indicado pela Câmara.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



10.9.2. A perícia será realizada para verificar:

- a) Se a deficiência se enquadra na previsão do art.4º do Decreto Federal nº3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei Federal nº7.853, de 24 de outubro de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº5.296, de 2 de dezembro de 2004;
- b) Se o candidato se encontra apto do ponto de vista físico e mental para o exercício das atribuições do cargo.

10.10. A critério da perícia poderão ser solicitados exames complementares para a constatação da deficiência.

10.11. Concluindo a perícia pela inexistência da deficiência ou por ser ela insuficiente para habilitar o candidato a ingressar nas vagas reservadas ou nas que vierem a surgir durante o prazo de validade do Concurso Público, o candidato passará a ser considerado como candidato não deficiente, sendo mantido no Concurso Público, apenas na Lista Geral de Classificação dos candidatos por cargo, caso não tenha sido eliminado na Perícia Médica Oficial, observados os critérios do contraditório e da ampla defesa.

10.12. O candidato empossado como pessoa com deficiência será acompanhado por profissional médico designado pela **Câmara Municipal de Candeias/MG** que avaliará a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo durante o estágio probatório que emitirá parecer conclusivo com base no § 1º do art. 43 do Decreto Federal n.º 3.298/1999.

11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A **Câmara Municipal de Candeias/MG** e a **FUMARC** eximem-se das despesas e reembolso com deslocamento dos candidatos nos dias de realização das provas, exames, avaliações, contratação de qualquer natureza relativa à participação dos candidatos neste Concurso Público.

11.2. Após a data de homologação do Concurso Público, os candidatos deverão consultar informações e avisos sobre as nomeações dos candidatos aprovados dentro do quantitativo de vagas oferecido pelo endereço eletrônico da **Câmara Municipal de Candeias/MG**.

11.3. Não serão prestadas por telefone ou e-mail informações relativas ao resultado, nota ou classificação deste Concurso Público.

11.4. A eventual disponibilização de atos no endereço eletrônico da **FUMARC** não isenta o candidato da obrigação de acompanhar as publicações oficiais sobre este Concurso Público, conforme disposto no item 1.4 e seus subitens.

11.5. A **FUMARC** e **Câmara Municipal de Candeias/MG** não emitirão certificado de aprovação neste Concurso Público, valendo também, como tal, as publicações oficiais ou divulgações.

11.6. Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer documentos após as datas e nas formas estabelecidas neste Edital.

11.7. Não serão considerados os recursos, laudos médicos, pedidos de isenção, títulos ou outros documentos encaminhados de outra forma que não esteja prevista, bem como aqueles apresentados fora dos prazos determinados neste Edital.

11.8. Não será admitida a complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição de recursos, pedidos de isenção, laudos médicos, títulos e de quaisquer outros documentos durante ou após os períodos estabelecidos neste Edital, exceto na hipótese prevista no item 8.4.

11.9. Não serão disponibilizadas ao candidato cópias e/ou devolução de laudos médicos, recursos, pedidos de isenção, e/ou títulos e quaisquer outros documentos entregues, ficando a documentação sob a responsabilidade da **FUMARC** até o encerramento do Concurso Público, quando então serão entregues definitivamente à **Câmara Municipal de Candeias/MG**, para guarda desse material.

11.10. A **FUMARC** não fornecerá nenhum exemplar ou cópia de provas relativos a Concursos Públicos ou Processos Seletivos Públicos anteriores para candidatos, autoridades ou instituições de direitos público ou privado.

11.11. A **Câmara Municipal de Candeias/MG** e **FUMARC** não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outros materiais impressos ou digitais referentes às matérias deste Concurso Público ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital e seus anexos.

11.12. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados a este Concurso Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



condições, irregularidade de documentos, ou ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, pela comissão que acompanha o Concurso Público, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- 11.12.1.** Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item anterior deste Edital, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo como art.299 do Código Penal.
- 11.13.** É de inteira responsabilidade do candidato manter seu cadastro, incluindo endereço e telefone, atualizado, até a publicação do Resultado Final junto à **FUMARC** e, após homologação e durante o prazo de validade do Concurso Público, através de correspondência registrada, as expensas do candidato, endereçada à **Câmara Municipal de Candeias/MG**, situada na Praça Achiles Langsdorff, nº 150 - Alto do Cruzeiro – Candeias - MG CEP: 37280-000, visando a eventuais convocações, não lhe cabendo qualquer reclamação, caso não seja possível convocá-lo.
- 11.13.1.** A **Câmara Municipal de Candeias/MG** e **FUMARC** não se responsabilizam por eventuais falhas no recebimento das correspondências a ele enviadas em decorrência de:
- a)** Insuficiência, falta de atualização, equívoco ou alterações dos dados e endereço por ele fornecidos;
 - b)** Correspondência devolvida pelos Correios por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
 - c)** Correspondência recebida por terceiros.
- 11.13.2.** A atualização de dados pessoais junto à **Câmara Municipal de Candeias/MG** e **FUMARC** não desobriga o candidato de acompanhar as publicações oficiais do Concurso Público, não cabendo a este alegar perda de prazo por ausência de recebimento de correspondência.
- 11.14.** Após o término do certame, a **FUMARC** encaminhará toda documentação referente a este Concurso Público à **Câmara Municipal de Candeias/MG** para arquivamento, observado o prazo e os termos da legislação vigente.
- 11.15.** Será admitida a impugnação do Edital normativo do Concurso Público interposta impreterivelmente, formalmente escrita, até o quinto dia corrido à data de publicação do Edital e será julgada pela **Câmara Municipal de Candeias/MG**, ouvida a **FUMARC**, no que couber.
- 11.15.1.** A impugnação deverá ser dirigida a Comissão do Concurso Público por uma das seguintes formas:
- a)** presencialmente, para protocolo na Secretaria da **Câmara Municipal de Candeias/MG**, situada à Praça Achiles Langsdorff, nº 150 - Alto do Cruzeiro – Candeias - MG CEP: 37280-000.
 - b)** pelo e-mail <concurso@camaracandeias.mg.gov.br>, colocando no assunto: Impugnação Edital Concurso Público **Câmara Municipal de Candeias/MG**.
 - c)** pelo e-mail <fconcursosatendimento@pucminas.br>, colocando no assunto: Impugnação Edital Concurso Público **Câmara Municipal de Candeias/MG**.
- 11.16.** Ocorrendo fato ou situação não prevista, que dificulte ou impossibilite a realização das provas no dia, local e horário estabelecidos, a **Câmara Municipal de Candeias/MG** reserva-se o direito de adiar o certame, efetuando a comunicação dessa decisão através de publicação oficial e ampla divulgação nos endereços eletrônicos da **Câmara Municipal de Candeias/MG** e **FUMARC**.
- 11.17.** Quaisquer casos de alterações orgânicas permanentes ou temporárias, tais como estados menstruais, indisposições, trabalhos de parto ou outros que impossibilitem o candidato de submeter-se às provas ou diminuam ou limitem sua capacidade física, mental e/ou orgânica não serão aceitos para fins de tratamento diferenciado por parte da coordenação na aplicação das Provas.
- 11.18.** A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso Público.
- 11.19.** Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstâncias que será comunicada em ato complementar ao Edital ou aviso a ser publicado na forma prevista neste Edital.
- 11.20.** Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações, relativos a este Concurso Público, que vierem a ser publicados oficialmente nos endereços eletrônicos da **Câmara Municipal de Candeias/MG** e **FUMARC**.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



- 11.21. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de acompanhamento do Concurso Público constituída pela **Câmara Municipal de Candeias/MG** e pela **FUMARC**, no que a cada uma couber.

Candeias, 18 de julho de 2025.

Lucas Talles Ferreira
Presidente da Câmara Municipal de Candeias/MG



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



**ANEXO I
QUADRO DE CARGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REQUISITOS**

Código	Cargo	Requisitos	Carga horária	Remuneração	Vagas Ampla Concorrência	Atribuições do Cargo
1	Advogado	Curso Superior em Direito e registro no Conselho de Classe	20 horas	R\$ 5.228,00	01	Prestar assessoria direta aos órgãos fracionários do Poder Legislativo, entre os quais as Comissões Permanentes e Temporárias; assessorar tecnicamente o Procurador Jurídico; atuar como elo entre Presidência, Vereadores e Comissões em relação aos aspectos técnico-jurídicos; orientar e elaborar pareceres, quanto aos aspectos da constitucionalidade e legalidade das ações administrativas e legislativas; avaliar, segundo a ótica técnico-jurídica e de acordo com as diretrizes de gestão da Câmara Municipal, a conveniência e a oportunidade de proposições legais, assessorando os vereadores quanto aos efeitos das suas deliberações; propor ações judiciais e elaborar defesas e recursos em processos administrativos e judiciais; observar o cumprimento e acompanhar a gestão dos contratos celebrados pela Câmara, providenciando a aplicação de penalidades quando for o caso; assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto a legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres quando solicitados; manifestar-se quando solicitado pela administração e em conjunto com o procurador jurídico da Câmara acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade sobre o cumprimento e ou legalidades de atos, contratos e outros instrumentos congêneres; acompanhar e prestar o assessoramento técnico/jurídico aos vereadores e as comissões permanentes, temporárias e especiais da casa com a emissão de pareceres jurídicos sempre que vier a ser solicitado pelos seus membros; prestar assessoramento e consultoria aos vereadores da casa, esclarecendo dúvidas e pontos controversos apresentados pelos parlamentares no que se referir a qualquer proposição em andamento na casa; assessorar os parlamentares na redação de quaisquer proposições legislativas (projeto de leis, requerimentos, indicações, ante projetos, moções, projetos de resolução, emendas, ofícios, dentre outros), executar outras atividades correlatas descritas a critério do superior imediato.
2	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo	30 horas	R\$ 2.000,00	01	Compreende as atribuições que se destinam a executar os serviços de limpeza e conservação das dependências da Câmara Municipal e Plenário; Varrer, limpar, lavar e arrumar as áreas internas e externas das dependências de repartições municipais; limpar e lavar paredes, pisos e banheiros; fechar e abrir portas, janelas e portões; acender e apagar luzes; ligar e desligar bombas e aparelhos elétricos em geral; fazer e servir café; preparar e servir refeições ligeiras; lavar os utensílios de cozinha e cantina; transportar mesas, arquivos, armários e outros móveis e utensílios e materiais utilizados nas repartições públicas municipais; solicitar os materiais necessários na execução de suas atividades; conservar os instrumentos e utensílios de trabalho; executar outras tarefas e afins.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



Código	Cargo	Requisitos Mínimos	Carga horária	Remuneração	Vagas Ampla Concorrência	Atribuições do Cargo
3	Contador	Ensino Superior completo em Ciências Contábeis, e registro no Conselho Regional da Classe.	30 horas	R\$ 5.228,00	CR	Prestar suporte técnico aos vereadores em matérias orçamentárias, tributárias, financeiras e outras relacionadas à contabilidade pública, inclusive na análise de matérias como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes orçamentárias e orçamento Anual, emitindo os pareceres técnicos necessários; acompanhar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal por parte do Legislativo Municipal; conferir, analisar e classificar contabilmente os documentos comprobatórios das operações realizadas, de natureza orçamentária ou não, de acordo com o plano de contas; auxiliar na elaboração e revisão do plano de contas, da escrituração contábil, de balancetes e do Balanço Geral; na sua área de atuação, apoiar tecnicamente o controle dos recursos financeiros do legislativo; gerir os arquivos do Setor e zelar pela preservação da documentação Institucional; manter atualizadas, no site Institucional e no Portal da Transparência, às informações pertinentes ao Setor; responsabilizar-se pela execução dos serviços de conferência, análise e classificação de documentos para efeito de registro, escrituração e controle. Conferir, analisar e classificar contabilmente os documentos comprobatórios das operações realizadas, de natureza orçamentária ou não, de acordo com plano de contas; auxiliar na elaboração e revisão do plano de contas; examinar ou orientar a execução da escrituração contábil; elaborar balancetes; participar da elaboração do balanço geral; elaborar outros demonstrativos que se façam necessários; conservar os equipamentos utilizados; executar outras tarefas afins.
4	Controlador Interno	Ensino superior completo em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito.	30 horas	R\$ 5.228,00	01	Compreende as atribuições que se destinam a executar tarefas de Controle Interno da Câmara Municipal. Executar atividades pertinentes ao controle interno da Câmara Municipal, voltadas, sobretudo, às áreas contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, analisando a prática dos atos administrativos quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções, cientificando o Chefe do Poder sobre o resultado de suas ações; realizar inspeções, diligências, auditorias no exercício de suas atribuições; realizar Tomadas de Contas Especiais, Processos Administrativos de Responsabilização e outros procedimentos previstos em lei inerentes às atividades de controle; Exercer as atividades de natureza disciplinar e correccional, na forma da lei; verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, e a execução dos programas de governo e do orçamento do poder legislativo do município, no mínimo uma vez por ano; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial na Câmara Municipal; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da Câmara Municipal; apoiar o controle externo no exercício de sua missão constitucional; examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente; examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade; exercer o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças; exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como a conta restos a pagar e despesas de exercícios anteriores; acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios e examinando as despesas correspondentes; supervisionar as medidas adotadas pelo Poder Legislativo para o retorno da despesa total com pessoal ao



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



						respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei de nº 101/2000, caso haja necessidade; realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de Restos a Pagar, processados ou não; realizar o controle da destinação de recursos o tidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas pela Lei Complementar de nº 101/2000; controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal; acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas do Estado, os atos de admissão de pessoal efetivo, bem como, verificar se as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada são para atender os encargos de chefia, direção e assessoramento; verificar os atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas; realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações; Celebrar Termos de Compromisso de Gestão e outros instrumentos consensuais de controle, observada a legislação aplicável; Emitir orientações, responder a consultas e expedir Instruções Normativas; desempenhar outras tarefas correlatas e ao bom funcionamento da Câmara.
5	Recepcionista	Ensino Fundamental Completo.	30 horas	R\$ 2.000,00	01	Compreende as atribuições que se destinam a executar tarefas de orientação e informação em geral; Prestar informações sobre os horários de atendimento na Câmara Municipal de Candeias-MG, indicando locais e acompanhamento, quando necessário, as pessoas interessadas; ter noções básicas de informática; efetuar protocolos de documentos e correspondências e distribuir ao seu destinatário; atender ao telefone quando necessário; preencher quadros de controles e orientação; executar, sob supervisão direta, tarefas simples de apoio administrativo; manter o local de trabalho limpo e organizado; Executar outras tarefas afins.
6	Técnico Administrativo	Ensino Médio Completo.	30 horas	R\$ 2.895,00	01 + CR	Compreende as atribuições que se destinam, basicamente, à execução dos serviços administrativos perante a Câmara Municipal; exercer atividades de atendimento ao público, digitação, arquivamento e protocolo de documentos e processos; operar máquinas copiadoras; realizar serviços externos; receber, conferir e protocolar expedientes internos e externos que deem entrada na Câmara, dando-lhes o devido destino nos diversos setores em que atua; classificar documentos e arquivá-los; controlar os arquivos; atender solicitação de documentos arquivados, por parte do público interno e externo, controlando sua saída ou providenciando cópias; executar outras atividades correlatas a critério do superior imediato.

* CR > Cadastro de Reserva



CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025

ANEXO II
QUADRO DE PROVAS

NÍVEL: FUNDAMENTAL COMPLETO

Cargo	Disciplina	Nº de Questões	Valor de cada questão
Auxiliar de Serviços Gerais	Língua Portuguesa	10	1,0
	Matemática	10	1,0
	TOTAL	20 questões	20 pontos
Recepcionista	Língua Portuguesa	10	1,0
	Matemática	10	1,0
	TOTAL	20 questões	20 pontos

NÍVEL: MÉDIO COMPLETO

Cargo	Disciplina	Nº de Questões	Valor de cada questão
Técnico Administrativo	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	10	1,0
	Legislação	10	1,0
	Noções de Informática	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
	Redação	01	50,0
TOTAL	01	50 pontos	

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

Cargo	Disciplina	Nº de Questões	Valor de cada questão
Advogado	Conhecimentos Específicos	40	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
	Discursiva	2	15,0
TOTAL	2 questões	30 pontos	
Contador	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	07	1,0
	Legislação	08	1,0
	Noções de Informática	05	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
	Discursiva	2	15,0
TOTAL	2 questões	30 pontos	
Controlador Interno	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	07	1,0
	Legislação	08	1,0
	Noções de Informática	05	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
	Discursiva	2	15,0
TOTAL	2 questões	30 pontos	



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

OBSERVAÇÃO: A bibliografia sugerida não limita nem esgota o programa. Serve apenas como orientação para a banca elaboradora de provas e para os candidatos.

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO FUNDAMENTAL)

1. Leitura e interpretação de texto.
2. Denotação e conotação.
3. Ortografia e divisão silábica.
4. Encontros vocálicos e consonantais e dígrafo.
5. Acentuação gráfica.
6. Classes de palavras.
7. Sinônimos e antônimos.
8. Período simples e período composto.
9. Concordância verbal e nominal.
10. Regência verbal e nominal.
11. Sinais de pontuação.

Bibliografia sugerida:

Livros didáticos de Língua Portuguesa do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO MÉDIO)

1. Língua e linguagem. Variações linguísticas.
2. Fonética. Ortografia. Acentuação gráfica.
3. Denotação e conotação. Sinonímia e antonímia. Paronímia e homonímia. Ambiguidade.
4. Compreensão e interpretação de textos. Coesão e coerência. Informações implícitas. Intertextualidade.
5. Classes de palavras.
6. Frase, oração e período. Período simples. Período composto por coordenação. Período composto por subordinação.
7. Concordância verbal e nominal.
8. Regência verbal e nominal. Crase.
9. Colocação pronominal.
10. Sinais de pontuação.
11. Figuras de linguagem.

Bibliografia sugerida:

CEGALLA, D. Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 2020.
CUNHA, Celso; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
KOCH, I. Villaça; ELIAS, V. Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
KOCH, I. Villaça; ELIAS, V. Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
PATROCÍNIO, Mauro Ferreira. *Aprender e praticar gramática*. 4. ed. São Paulo: São Paulo: FTD, 2019.
ROCHA LIMA, C. Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO SUPERIOR)

1. Língua e linguagem. Variações linguísticas.
2. Fonética. Ortografia. Acentuação gráfica.
3. Denotação e conotação. Sinonímia e antonímia. Paronímia e homonímia. Ambiguidade.
4. Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipologias textuais. Coesão e coerência. Pressupostos e subentendidos. Funções da linguagem. Intertextualidade.
5. Argumentação. Recursos argumentativos. Falácias da argumentação.
6. Estrutura e formação de palavras.
7. Classes de palavras.
8. Frase, oração e período. Período simples. Período composto por coordenação. Período composto por subordinação.
9. Concordância verbal e nominal.
10. Regência verbal e nominal. Crase.
11. Colocação pronominal.
12. Sinais de pontuação.
13. Figuras de linguagem.
14. Discurso direto, indireto e indireto livre.

Bibliografia sugerida:

ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

CEGALLA, D. Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 2020.

CHALHUB, Samira. *Funções da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Ática, 2006. (Coleção Princípios).

CUNHA, Celso; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FIORIN, J. L. *Argumentação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

GARCIA, O. Moacir. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 27. ed. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

KOCH, I. G. Villaça; BENTES, A. Christina; CALVALCANTE, M. Cavalcante. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KOCH, I. Villaça; ELIAS, V. Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. Villaça; ELIAS, V. Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

ROCHA LIMA, C. Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MATEMÁTICA (ENSINO FUNDAMENTAL)

1. Conjunto dos números naturais: a numeração decimal; operações e resoluções de problemas.
2. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum.
3. Números fracionários; operações com números fracionários; resolução de problemas.
4. Frações e números decimais. Operações com números decimais.
5. Sistema Métrico Decimal: Perímetro de figuras planas. Áreas dos retângulos, dos quadrados e dos triângulos. Volume dos paralelepípedos retângulos e dos cubos. Resoluções de problemas.
6. Conjunto dos números inteiros relativos: operações e resoluções de problemas.
7. Conjunto dos números racionais: resoluções de equações do 1º grau. Resoluções de problemas.
8. Razão e proporção: propriedades das proporções; divisão proporcional; média aritmética simples e ponderada; regra de três simples; regra de três, composta.
9. Porcentagem, juros simples e montante.
10. Conjunto dos números reais: produtos notáveis; sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas; equações do 2º grau; resoluções de problemas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**



**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**

Bibliografia sugerida:

GIOVANNI, José Ruy & GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy. *Matemática pensar e descobrir*. 5ª a 8ª séries. Editora FTD, 2000.
IEZZI, Gelson & DOLCE, Osvaldo & MACHADO, Antônio. *Matemática e realidade*. Atual Editora, 1997.
SCIPIONE, Di Pierro Netto. *Pensar matemática: para o ensino fundamental*. 5ª a 8ª séries. Ed. Scipione. 1ª edição, 2001.

RACIOCÍNIO LÓGICO (ENSINO MÉDIO E SUPERIOR)

Estruturas lógicas; Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; Lógica sentencial (ou proposicional); Proposições simples e compostas; Diagramas lógicos; Operações com conjuntos; Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Bibliografia sugerida:

ALENCAR FILHO, Edgard de. **Iniciação à Lógica Matemática**. São Paulo: Nobel, 2002.
BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Aprendendo lógica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.
CESAR, Benjamin; MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico - Quantitativo**. 4. ed. São Paulo: Campus Elsevier, 2009. (Série Provas e Concursos).
DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto e aplicações**, vol. Único. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

LEGISLAÇÃO (ENSINO MÉDIO E SUPERIOR)

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Candeias.

https://www.candeias.mg.gov.br/portal/leis_decretos/1193/

Lei Orgânica do Município de Candeias.

https://www.candeias.mg.gov.br/publicos/lei_organica_municipal_2022_-_candeias_mg_13044744.pdf

Regimento Interno da Câmara Municipal de Candeias.

[https://www.camaracandeias.mg.gov.br/publicos/regimento_interno_\(com_emendas\)_2024_07022045.pdf](https://www.camaracandeias.mg.gov.br/publicos/regimento_interno_(com_emendas)_2024_07022045.pdf)

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (ENSINO MÉDIO E SUPERIOR)

1. Sistemas Operacionais: Windows 10 (Pro).
2. Microsoft Word 2016: Edição e formatação de textos.
3. Microsoft Excel 2016: Elaboração, cálculos e manipulação de tabelas e gráficos.
4. Google Chrome e Firefox.

Bibliografia sugerida:

Documentação do Windows 10 (Pro).
Documentação do Microsoft Office 2016.
Documentação do Google Chrome e Firefox.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(ENSINO SUPERIOR)

ADVOGADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Organização da Administração Pública Brasileira. Administração direta e indireta. Princípios constitucionais da Administração Pública.
2. ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA (INDIRETA): Pessoas da administração: espécies e tipicidades de entes administrativos. Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas: criação, estrutura, regime jurídico, características, agente, extinção.
3. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: Conceito, natureza e fins da Administração Pública. Poderes da Administração Pública. Prerrogativas da Administração Pública. Uso e abuso do poder. Poder de polícia.
4. LICITAÇÕES: Conceito, princípios. Modalidades de licitação. Edital nas licitações. Tipos de licitação. Julgamento nas licitações. Homologação e adjudicação nas licitações. Nova Lei Geral de Licitação e Contratos, alterações e transição legislativa.
5. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Conceito, características, formalização, execução. Alteração dos contratos administrativos. Extinção dos contratos administrativos.
6. SERVIÇOS PÚBLICOS: Características e regime jurídico. Formas de prestação. Direito dos usuários. Concessão, permissão e autorização do serviço público. Serviço público X intervenção econômica.
7. DOMÍNIO PÚBLICO: Bens públicos. Natureza, características e classificação dos bens públicos. Utilização dos bens públicos, restrições, limitações administrativas e poder de polícia no âmbito municipal, uso e ocupação do solo urbano: instrumentos, limitações, modalidades, função social do solo urbano, medidas de aproveitamento, zoneamento.
8. SERVIDORES PÚBLICOS: Cargo, emprego e função pública. Princípios constitucionais dos servidores públicos. Direitos, vantagens, deveres, proibições e responsabilidade dos servidores públicos. Empregados públicos.
9. ATOS ADMINISTRATIVOS: Conceito, elementos, classificação, requisitos, atributos. Espécies de atos administrativos. Motivação e motivo dos atos administrativos. Teoria das nulidades dos atos administrativos. Vinculação e discricionariedade.
10. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Controle administrativo: conceito e características. Controle interno e controle externo da Administração Pública. Tutela administrativa, supervisão e vinculação na administração. Controle parlamentar e controle popular. Controle Jurisdicional da Administração Pública: conceito, características, ações judiciais de controle da Administração Pública. Reforma na improbidade administrativa.
11. RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANO (extracontratual).

Bibliografia sugerida:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, atualizada.

CANDEIAS (MG). **Lei Orgânica do Município de Candeias, de 13/12/2022**, e suas subseqüentes alterações.

CANDEIAS (MG). **Lei Complementar n. 132, de 22 de março de 2019**, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e estabelece o Novo Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais e suas subseqüentes alterações.

CANDEIAS (MG). **Lei Complementar n. 148, de 22 de abril de 2020**, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Candeias, com inclusão de suas subseqüentes alterações.

CANDEIAS (MG). **Regimento Interno n. 2, de 7 de novembro de 2024, da Câmara Municipal de Candeias/MG** e suas subseqüentes alterações.

CANDEIAS (MG). **Resolução n. 2, de 7 de novembro de 2024**, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Candeias-MG e dá outras providências, atualizada.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.

FILHO, Marçal Justen. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense.

MARRARA, Thiago. **Manual de Direito Administrativo: Fundamentos, Fontes, Princípios, Organização e Agentes**. Indaiatuba, SP: Editora Foco.



**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Princípios constitucionais da Administração Pública. Disposições gerais.
2. ADVOCACIA PÚBLICA: Função essencial à Justiça. Atuação institucional da Advocacia Pública. A Procuradoria do Município e a defesa judicial e extrajudicial do ente público. Prerrogativas e deveres dos procuradores municipais.
3. DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS: Os direitos individuais no sistema constitucional brasileiro. Os direitos sociais no sistema constitucional brasileiro. As garantias constitucionais: habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data, ação popular e direito de petição.
4. INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO: Métodos e princípios de interpretação constitucional. Ambiguidades, incoerências normativas e lacunas. Análise do programa normativo e estrutura das normas constitucionais.
5. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: Conceito, espécies, sistemas e fundamentos. Controle difuso e concentrado. Ações de controle de constitucionalidade. Controle de constitucionalidade da legislação municipal.
6. DIREITOS FUNDAMENTAIS: Teoria geral dos direitos fundamentais. Dimensões objetiva e subjetiva. Colisão de direitos fundamentais e princípio da proporcionalidade. Limitações aos direitos fundamentais e proteção do núcleo essencial.
7. PODER CONSTITUINTE: Poder constituinte originário e poder constituinte de reforma. Supremacia da Constituição. Limites materiais, formais e circunstanciais. Cláusulas pétreas.
8. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: Forma federativa de Estado. União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Repartição de competências. Autonomia municipal.
9. A FEDERAÇÃO NO BRASIL: Características da federação brasileira. Entes federativos. Competências e bens da União. Intervenção federal.
10. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública. Princípios institucionais, autonomia e atuação funcional. Atribuições e relevância na estrutura do Estado.

Bibliografia sugerida:

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional - Coleção Esquemático**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.
LIMA FILHO, Eujcio Coutrim. **A fundamentalidade do Direito do Consumidor no Contexto da Constitucionalização do Direito Privado Brasileiro**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.
MENDES, Gilmar Ferreira.; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **SÉRIE IDP - CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021
SARLET, Ingo Wolfgang.; MARINONI, Luiz Guilherme.; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 14ª ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025

DIREITO CIVIL

1. Lei de introdução às normas do direito brasileiro.
2. Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998.
3. Das Pessoas Naturais. Da Personalidade e da Capacidade. Dos Direitos da Personalidade. Da Ausência. Das Pessoas Jurídicas. Do Domicílio. Dos bens.
4. Dos fatos jurídicos. Do direito das obrigações. Do direito das coisas.
5. Parcelamento do solo urbano (Lei 6.766/1979).
6. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003).
7. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).
8. Lei geral de proteção de dados pessoais (Lei 13.709/2018).
9. Direito do Consumidor (Lei 8.078/90).
10. Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
11. Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73).
12. Bioética e Biodireito.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**



**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**

Bibliografia sugerida:

ROSENVALD, Nelson; NETTO, Felipe Braga; FARIAS, Cristiano Chaves de. **Manual de Direito Civil**. 10 ed. Salvador: Juspodvm, 2025.
TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Método, 2025.
SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética e Biodireito**. 6ª Ed. Indaiatuba: Foco, 2023.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Normas fundamentais e Princípios do Direito Processual Civil. Lei processual no tempo e no espaço. Jurisdição e Ação. Pressupostos processuais.
2. COMPETÊNCIA: Conceito, classificação e critérios determinativos. Competência absoluta e relativa. Modificações de competência. Incompetência.
3. SUJEITOS PROCESSUAIS: Partes e Procuradores. Despesas, honorários advocatícios e multa. Justiça Gratuita. Substituição processual. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Ministério Público. Juízes e auxiliares da justiça. Advocacia Pública no Processo Civil.
4. ATOS PROCESSUAIS: Forma, tempo e lugar dos atos processuais. Prazos processuais. Comunicações dos atos. Nulidades. Preclusão. Prática eletrônica de atos processuais. Negócios jurídicos processuais.
5. TUTELAS PROVISÓRIAS: Tutelas de urgência e de evidência. Tutelas de urgência antecedentes. Tutelas provisórias contra a Fazenda Pública.
6. PROCESSO DE CONHECIMENTO: Procedimento Comum, Procedimentos Especiais e Cumprimento de Sentença. Petição inicial, Audiência de mediação ou conciliação, Contestação, Saneamento, Produção de Provas e Sentença. Coisa Julgada. Liquidação de Sentença.
7. EXECUÇÃO: Espécies de execução. Penhora e expropriação de bens. Embargos à execução. Execução contra a Fazenda Pública.
8. PROCEDIMENTOS NOS TRIBUNAIS: Precedentes vinculantes no CPC/2015. Incidentes Recursais. Reclamação. Teoria Geral dos Recursos. Efeitos recursais. Recursos em Espécie.
9. FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO: Prerrogativas da Fazenda Pública. Prazos e intimações. Remessa necessária. Execução fiscal (Lei nº 6.830/1980). Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).

Bibliografia sugerida:

CUNHA, Leonardo Carneiro. **A Fazenda Pública em Juízo**. 22 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
MEDINA, José Miguel Garcia. **Curso de Direito Processual Civil Moderno**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2025.
SOARES, Carlos Henrique. **Lições de Direito Processual Civil**. Belo Horizonte: DPlácido, 2024.

DIREITO AMBIENTAL

1. Meio Ambiente e Ecologia: conceito, fundamentos e distinção. Meio ambiente como bem jurídico. A proteção do meio ambiente como princípio das ordens social e econômica. Gestão pública e meio ambiente.
2. O Direito Ambiental na Constituição de 1988: competência dos entes federativos em matéria ambiental e o art. 225.
3. O poder público e a tutela do meio ambiente. Definição de espaços territoriais especialmente protegidos. Estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente. Responsabilidade cumulativa pelas condutas e atividades lesivas ao ambiente.
4. Do patrimônio e bens ambientais. Patrimônio ambiental. Bens ambientais: ar, água, solo, flora e fauna.
5. Da administração ambiental no Brasil. Gestão e política ambiental. Administração pública e gestão do ambiente. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Planejamento ambiental e avaliação ambiental estratégica.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**



**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**

6. Política Nacional do Meio Ambiente: princípios gerais. Objetivos. Padrões de qualidade ambiental. Zoneamento ambiental. Avaliação de impactos ambientais. Licenciamento em relação ao meio ambiente. Autorizações e licenças no âmbito do direito administrativo. Natureza jurídica da licença. Características da licença ambiental. Competência para o licenciamento. Competência única, competência cumulativa e competência supletiva. O licenciamento federal, estadual, distrital e municipal. Fiscalização e aplicação das penalidades administrativas em face de atividades licenciadas ou autorizadas. Revisão das licenças e o direito à indenização. Licenciamento corretivo e direito adquirido. Aspectos penais do licenciamento ambiental. O controle do procedimento licitatório e da regularidade das licenças. Licenciamento ambiental especial.
7. Política Nacional de Recursos Hídricos. Do Código de Águas: disposições gerais. O domínio das águas. O álveo e as margens. O aproveitamento das águas. A gestão das águas. Classificação e padrões de qualidade das águas. Águas superficiais e águas subterrâneas. O domínio e o uso das águas na Constituição de 1988.
8. A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/1997). Objetivos, fundamentos, diretrizes e instrumentos. Planos de recursos hídricos. Direitos de uso de recursos hídricos.
9. Áreas de preservação permanente: conceito. Classificação. Áreas de preservação permanente instituídas por lei. Áreas de preservação permanente instituídas por ato do Poder Público. Intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente. Área de preservação permanente no espaço urbano e florestal.
10. Do patrimônio florestal brasileiro. Da gestão de florestas públicas. Princípios e conceitos da Lei de Gestão de Florestas Públicas. Concessões de florestas. Plano anual de outorga florestal: conteúdo, requisitos e processo de outorga. Objeto da concessão. Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Licenciamento ambiental. Procedimentos licitatórios: habilitação, edital, critérios de seleção. Contratos de concessão. Fundo de Proteção Nacional Florestal. Auditorias florestais. Extinção da concessão.
11. Da legislação ambiental no Brasil. Os órgãos de controle ambiental na esfera pública: União, Estados-membros Distrito Federal e Municípios. Poder de Polícia Ambiental. Lei de Crimes Ambientais.
12. Responsabilidade ambiental. Responsabilidade civil, administrativa e criminal ambiental. Conceito de dano ambiental – dano, degradação e poluição. Reparação ambiental. Dano extrapatrimonial coletivo ambiental. Teoria do risco integral. Prescrição e a responsabilidade ambiental. Responsabilização criminal da pessoa jurídica.
13. Sustentabilidade. Do desenvolvimento sustentável. Por uma ordem sustentável: vida sustentável. Preservação do planeta e da biodiversidade. Política Nacional da Biodiversidade. Uso e gestão dos ecossistemas. Sociedade sustentável: produção sustentável, consumo sustentável. Sustentabilidade na esfera institucional: ordem jurídica nacional e internacional.

Bibliografia sugerida:

BRASIL. **Código Florestal Brasileiro.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, atualizada.

BRASIL. **Lei Complementar n. 140/2011.**

BRASIL. **Resoluções CONAMA** inerentes à matéria.

BRASIL. **Lei n. 9.433/97.**

Brasil. **Lei n. 9605/98.**

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** Atualizado.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente.** 12ed. 7. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental.** 23 ed. São Paulo: Atlas, 2023.

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Consumidor, fornecedor e hermenêutica: conceito e elementos essenciais. Relacionamento entre Código Civil e Constituição Federal *versus* Código de Proteção ao Consumidor
2. Da Política nacional de relações de consumo: princípios fundamentais. Dos direitos básicos do consumidor. Da qualidade dos produtos e serviços. Da prevenção e reparação dos danos. Responsabilidade pelo fato do produto e serviço. Responsabilidade por vício do produto e serviço. Responsabilidade civil pelo dano temporal; Responsabilidade civil médico-hospitalar;



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



3. Direito Digital, Vulnerabilidade e o Direito do Consumidor: Direitos dos consumidores hipervulneráveis, bens digitais nas relações de consumo.
4. Das práticas comerciais: Oferta, publicidade, cobrança de dívidas e práticas abusivas.
5. Da proteção contratual: Das cláusulas abusivas. Dos contratos de adesão.
6. Da competência dos entes federativos em relação à normatização, controle e fiscalização da produção e distribuição de bens e serviços de consumo. Das sanções administrativas.
7. Do sistema nacional de defesa do consumidor. Órgão administrativo. Possibilidade de recurso.

Bibliografia sugerida:

NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.
CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de direito do consumidor**. 6. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022.
TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito do consumidor: direito material e processual**: volume único. 14. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Método, 2025.
MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de Direito do Consumidor**. 9. ed. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2021.

DIREITOS HUMANOS

1. Proteção Internacional dos Direitos Humanos.
2. Características dos Direitos Humanos.
3. Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH.
4. Incidente de Deslocamento de Competência (IDC).
5. Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.
6. Direitos das Pessoas com Deficiência.

Bibliografia sugerida:

CICONELLO, Alexandre. PIVATTO, Luciana. FRIGO, Darci. **Programa Nacional de Direitos Humanos: Efetivar Direitos e Combater as Desigualdades**. 2010. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2010/05/Artigo-PNDH-Programa-Nacional-de-DH_-efetivar-direitos-e-combater-as-desigualdades.pdf

MAZZUOLI, V. **Os tratados internacionais de direitos humanos como fonte do sistema constitucional de proteção de direitos**. Revista CEJ, Brasília, n. 18, jul./set. 2002.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos: desafios e perspectivas contemporâneas**. Revista TST, v. 75, nº 1. 2009.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva Educação. 2018.

BRASIL, DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022. **Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância**.

BRASIL, DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. DIREITO DO TRABALHO: Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho. Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7.º da CF/88). Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário, trabalho terceirizado e trabalho avulso. Trabalho intermitente. Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador; Trabalhador doméstico. Trabalhador rural. Terceirização. Sucessão Trabalhista. Grupo econômico. Sócio retirante. Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características. Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi. Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção. Da rescisão do contrato de trabalho. Do aviso prévio. Da estabilidade e garantias provisórias de emprego. Da duração do trabalho; da jornada de trabalho; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025

compensação de horas. Do salário mínimo: conceito, irredutibilidade e garantia. Das férias. Do salário e da remuneração. Da equiparação salarial Da prescrição e decadência. Da segurança e medicina no trabalho: da CIPA; das atividades insalubres ou perigosas. Da proteção ao trabalho da mulher, da gestante e do menor. Do direito coletivo do trabalho: da liberdade sindical (Convenção n.º 87 da OIT); da organização sindical: conceito de categoria; categoria diferenciada; enquadramento sindical, das convenções e acordos coletivos de trabalho. Do direito de greve; dos serviços essenciais. Da renúncia e transação. Súmulas do TST de Direito Material do Trabalho. Teses vinculantes do STF e do TST sobre direito material do trabalho.

2. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Organização e funcionamentos da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Atos, Termos e Prazos Processuais. Distribuição e Custas. As partes, sua representação e seus procuradores. Nulidades. Procedimento ordinário, sumaríssimo e sumário. Dissídios individuais: fases postulatória e conciliatória. Fase probatória. Suspensão e extinção (antecipada) do processo. Fase decisória. Procedimentos especiais. Inquérito para apuração de falta grave. Ação de cumprimento. Recursos. Fase preliminar da execução: liquidação da sentença. Execução: parte geral. Embargos a execução. Penhora. Avaliação. Ferramentas para efetividade da execução. Medidas típicas e atípicas. Discussão e trâmites finais da execução. Súmulas do TST de Direito Processual do Trabalho. Teses vinculantes do STF e do TST sobre direito processual do trabalho.

Bibliografia sugerida:

- ALMEIDA, Cléber Lúcio. **Direito processual do trabalho**. 7. ed. São Paulo: JusPODIVM, 2019.
CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho**. 20. ed. São Paulo: Método, 2024
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT (Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º-5-1943 – texto atualizado).
DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 22. ed. São Paulo: Juspodivm, 2025.
EÇA, Vitor Salino de Moura. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2019.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 23. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.
SUSSEKIND, Arnaldo. **Instituições do direito do trabalho**. 22. ed. São Paulo: LTr, 2005.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Sistema Tributário Nacional (Artigos 145 a 162 da CF/88);
2. Código Tributário Nacional;
3. Normas Gerais de Direito Tributário;
4. Competência Legislativa dos Municípios;
5. Princípios Constitucionais Gerais aplicáveis ao Direito Tributário;
6. Princípios Informadores do Direito Tributário;
7. Limitações ao Poder de Tributar;
8. Fontes do Direito Tributário;
9. Legislação Tributária: leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares;
10. Validade, vigência, eficácia, aplicação e interpretação da legislação tributária;
11. Norma matriz de incidência tributária;
12. Hipóteses: critérios, material, temporal e espacial; consequentes: critérios quantitativos, base de cálculos e alíquota e critério pessoal: sujeito ativo e passivo; Fato gerador; Não incidência; Imunidade; Isenção; Benefícios Fiscais; Anistia; Remissão; Deferimento;
13. Obrigação Tributária Principal e Acessória; Conceito; Nascimento, sujeito passivo da obrigação tributária;
14. Contribuinte e responsável; Responsabilidade solidária; Responsabilidade de terceiros; Responsabilidade por infrações;
15. Substituições Tributárias;
16. Imposição Tributária e as convenções particulares;
17. Normas sancionadoras;
18. Crédito tributário; Lançamento; Natureza Jurídica; Efeitos e modalidades; Caráter vinculado da atividade do lançamento; Garantias e privilégios do crédito tributário; Suspensão do crédito tributário; Extinção do crédito tributário;



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



19. Distinção jurídica das espécies tributárias; Imposto; Taxa; Contribuições de Melhoria; Contribuições Sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas; Contribuições de Custeio do serviço de iluminação pública; Empréstimos Compulsórios; Preço público;
20. Dívida Ativa; Conceito; Inscrição; a presunção de certeza e liquidez; Consectários;
21. Processo Tributário: Execução Fiscal, Consignação em pagamento, Ação Declaratória, Ação anulatória, Ação de repetição de indébito; Ações cautelares e mandado de segurança; Tutela antecipada contra a Fazenda Pública; Certidões Negativas;
22. Finanças municipais: tributos e outras receitas municipais;
23. Orçamento.
24. Emenda Constitucional 132 de 2023: Reforma Tributária.

Bibliografia sugerida:

- ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário esquematizado**. 16. ed. rev., atual. e ampl. Salvador, BA: Juspodivm, 2022.
- AMARO, Luciano da Silva. **Direito tributário brasileiro**. 26. ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2025.
- BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 14. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2018.
- CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 25. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.
- COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 18. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2022.
- FERRAZ, Luciano; GODOI, Marciano Seabra de; SPAGNOL, Werther Botelho. **Curso de direito financeiro e tributário**. 3. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2020.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 37. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2016.
- PAULSEN, Leandro. **Constituição e Código Tributário Nacional Comentados**. 19. Ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.
- SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. 17.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.

CONTADOR

Contabilidade Geral: Conceito, objetivos, usuários e classificações da contabilidade. Fatos contábeis e alterações no patrimônio líquido. Regimes contábeis: caixa e competência. Escrituração contábil em empresas comerciais, industriais e de serviços e em organizações públicas: procedimentos contábeis, livros contábeis (obrigatórios e facultativos), registros (lançamentos) nos livros contábeis e livros fiscais, conteúdo dos lançamentos, sistemas computadorizados para escrituração contábil. Plano de contas aplicado ao setor público. Princípios contábeis vigentes publicados pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo os princípios contábeis sob a perspectiva do setor público. Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (NBC TG – Estrutura Conceitual – CPC 00 - R2). Ativo, passivo e patrimônio líquido, segundo a Lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, classificação das contas, subgrupos (grupos de contas), reconhecimento, critérios de avaliação. Redução ao valor recuperável de ativos. Subvenção e assistência governamental. Valor justo de ativos e de passivos. Ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis. Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Depreciação, amortização e perda de ativos. Conceituação de receitas, ganhos, despesas, custos e perdas. Receitas: apuração e apropriação das receitas, classificação, tratamento legal, forma de contabilização, observância dos princípios contábeis. Despesas: apuração e apropriação das despesas, classificação e tratamento legal, formas de contabilização, observância dos princípios contábeis. Custos dos produtos/ mercadorias/serviços vendidos: conceitos, formas de apuração e contabilização. Apuração do Resultado, encerramento de exercício social e distribuição do resultado. Demonstrações contábeis (financeiras), segundo a lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, tipos de demonstrações, conteúdo. Apresentação das Demonstrações Contábeis (NBC TG 26 - R5).

Fundamentos de contabilidade tributária e de legislação tributária: tributos previstos na constituição federal; tributos de competência federal, estadual e municipal; princípios constitucionais tributários; normas antielisão; renúncia fiscal; tributos diretos e tributos indiretos; incentivos fiscais; normas para escrituração fiscal; critérios fiscais para avaliação de estoques e de ativos imobilizados.



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025

Análise de Demonstrações Financeiras: análise horizontal, análise vertical; análise do capital de giro; índices de liquidez, de endividamento, de rotatividade (de atividades), de rentabilidade e de lucratividade.

Contabilidade de Custos: Conceitos, Objetivos e Finalidades da Contabilidade de Custos: Conceito de custos, despesas, investimento, ganho, perda e gastos; Princípios e conceitos contábeis aplicados à Contabilidade de Custos; Classificação e Nomenclatura dos Custos: Custos fixos e custos variáveis, custos diretos e indiretos, custos controláveis e não controláveis; Custos primários e custos de transformação; Objeto de custeio; Métodos de Custeio: Custeio por Absorção, Custeio Variável, Custeio Baseado em Atividades (ABC) e Custeio Pleno (RKW); Custo por Produto, Custo por Processo, Custo por Atividade. Custos no Setor Público (NBC TSP 34).

Contabilidade Pública: conceituação, objeto e campo de aplicação da contabilidade no setor público; patrimônio público e sistemas contábeis; planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; transações no setor público e seus reflexos no patrimônio público; registro contábil, segurança da documentação contábil, reconhecimento e bases da mensuração; demonstrações contábeis (balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do resultado econômico, notas explicativas); Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público - definições, objetivos alcance, tipos, conteúdo (elementos), formas de apresentação, inter-relação entre as demonstrações, e obrigatoriedade de apresentação; Bases para a apresentação de demonstrações contábeis; Diferença entre regime de competência e regime de caixa; Plano de contas aplicado ao setor público; Aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público; Critérios gerais de evidenciação nas demonstrações contábeis no setor público; Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Receita e despesa públicas: Definições e classificações; Estágios (etapas); Procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação); Tratamento legal; Forma de contabilização e observância dos princípios contábeis; Receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias; Despesas de exercícios anteriores.

Orçamento Público: Conceito, classificação e tipos; Princípios orçamentários; Ciclo orçamentário; Elaboração do orçamento; Previsões anuais e plurianuais; Exercício financeiro; Créditos adicionais; Orçamento por programas; Diretrizes orçamentárias; Programação financeira e transferências financeiras; Restos a pagar; Dívida pública; Operações de crédito; Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual: finalidade, importância, relação com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual. Conteúdo, forma e processo de elaboração de proposta orçamentária. Orçamento Público: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, previsões anuais e plurianuais, exercício financeiro, créditos adicionais, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, controle da execução, fiscalização e avaliação do orçamento público. Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar n. 101/2000. Limitações das Despesas. Despesa com pessoal. Endividamento Público. Relatório de Gestão Fiscal. Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Transparência. Dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Licitações e Contratos que interferem no processo contábil das organizações. Princípios, objetivos e efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no planejamento e no processo orçamentário. Mecanismos de transparência fiscal. Relatório de Gestão Fiscal: características e conteúdo. Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública. Controle interno e controle externo na administração pública.

Auditoria de Demonstrações Contábeis: Objetivos do auditor; Riscos de auditoria; Ceticismo e julgamento profissional do auditor; Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis; Gestão de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis; Evidências de auditoria; Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis por meio do controle interno da entidade; Ambiente de controle interno da entidade; Componentes do controle interno; Procedimentos de auditoria em resposta aos riscos avaliados de distorção relevante no nível de afirmações; Comunicação de deficiências de controle interno; Utilização do trabalho de auditoria interna; Utilização do trabalho de especialistas; Eventos subsequentes; Contratos e compras na administração pública: processo licitatório, concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão, dispensa de licitação, habilitação de fornecedores, formalização, alteração e execução de contratos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



Bibliografia sugerida:

- ADRIANO, Sérgio. Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados. 2018. Atlas. ALVES, Aline. Análise das demonstrações financeiras. Porto Alegre. SAGAH 2018. ARRUDA, Daniel Gomes; ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. Contabilidade Pública: da Teoria à Prática. 2020. 3ª edição.
- ARAÚJO, I. ARRUDA, D. Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo Atlas 2015.
- BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática. 2021. Atlas.
- BOYNTON, W.C.; JOHNSON, R.N.; KELL, W.G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL. Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 (regulamenta as atribuições de contador).
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- BRASIL. Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- BRASIL. Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei Federal nº 4.320/1964 (orçamentos e balanços no setor público) Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.
- BRASIL. Lei Federal nº 6.404/76 (e alterações posteriores). Dispõe sobre as sociedades por ações.
- BRASIL. Lei nº 10.520/2002 e suas alterações posteriores.
- BRASIL. Lei nº 8666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.
- BRASIL. Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.
- BRASIL. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada (R1, R2, R3, ...) na data da publicação do programa.
- NBC T 19.17 (Ajuste a Valor Presente). NBC TG 04 (Ativo Intangível). NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro). NBC TG 16 (Estoques). NBC TSP 04 (Estoques). NBC TG 27 (Ativo Imobilizado). NBC TSP 07 (ativo imobilizado). NBC TSP 08 (Ativo Intangível). 00000 NBC TSP 11 (apresentação das demonstrações contábeis). NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis). NBC TG 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). NBC TG 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa). NBC TSP 34 (Custos no Setor Público).
- CREPALDI, Guilherme Simões; CREPALDI, Sílvio Aparecido. Orçamento público: Planejamento, elaboração e controle. 2013, Saraiva.
- CREPALDI, Sílvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade fiscal e tributária: Teoria e prática. 2019. Saraiva.
- FABRETTI, L.C. Contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2012.
- FABRETTI, Lúdio Camargo. Código tributário nacional comentado, 7ª. Ed. ed., Atlas, São Paulo: 2007.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2021.
- GIACOMONI, James. Orçamento Governamental - Teoria - Sistema – Processo. 2018. Atlas.
- GIACOMONI, James. Orçamento Público. 2021. Atlas.
- IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.
- KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.
- Legislação Federal: Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº. 101/2000, Leis Ordinárias nº 6.404/76 e nº 4320/64.
- LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. 2018. Atlas.
- LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. 2018. Atlas.
- MACHADO Jr., J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. Lei nº 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.
- MARION, J.C. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 8. ed. São Paulo. Atlas 2019. SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos, 11ª edição. 2018. Atlas.
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª edição. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada.
NBC TA 200 (R1) (objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria).
NBC TA 220 (R3) (gestão de qualidade da auditoria de demonstrações contábeis).
NBC TA 230 (R1) (documentação de auditoria).
NBC TA 260 (R2) (comunicação com os responsáveis pela governança).
NBC TA 265 (comunicação de deficiências de controle interno).
NBC TA 300 (R1) (planejamento da auditoria de demonstrações contábeis).
NBC TA 315 (R2) (identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente).
NBC TA 330 (R1) (resposta do auditor aos riscos avaliados).
NBC TA 402 (considerações de auditoria para entidade que utiliza organização prestadora de serviços).
NBC TA 500 (R1) (evidência de auditoria).
NBC TA 505 (confirmações externas).
NBC TA 520 (procedimentos de analíticos).
NBC TA 530 (amostragem em auditoria).
NBC TA 540 (R2) (auditoria de estimativas contábeis, inclusive valor justo e divulgações relacionados).
NBC TA 560 (R1) (eventos subsequentes).
NBC TA 610 (utilização do trabalho de auditoria interna).
NBC TA 620 (utilização do trabalho de especialistas).
NBC TG 26 (R5) (Apresentação das Demonstrações Contábeis).
NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro).
NBC TSP 34 (Custos no Setor Público).
NEVES. [Silvério das](#), VICECONTI [Paulo Viceconti](#). Contabilidade de Custos - Um Enfoque Direto e Objetivo - 12ª Edição. Saraiva.
OLIVEIRA, L.M.; CHIEREGATO, R.; PERES JÚNIOR, J.H.; GOMES, M.B. Manual de contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2012.
OLIVEIRA, Luís Martins de, et al. Manual de contabilidade tributária, 6ª. Ed. Atlas, São Paulo: 2008.
PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária, 3ª ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro: 2005.
PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 2012.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos. 2017. Saraiva.
SILVA, J. P. Análise financeira das empresas. São Paulo; Atlas, 2012.
SILVA, L. M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 2011.
SILVA, Lourivaldo Lopes da. Contabilidade Geral e Tributária.

CONTROLADOR INTERNO

Contabilidade Geral: Conceito, objetivos, usuários e classificações da contabilidade. Fatos contábeis e alterações no patrimônio líquido. Regimes contábeis: caixa e competência. Escrituração contábil em empresas comerciais, industriais e de serviços e em organizações públicas: procedimentos contábeis, livros contábeis (obrigatórios e facultativos), registros (lançamentos) nos livros contábeis e livros fiscais, conteúdo dos lançamentos, sistemas computadorizados para escrituração contábil. Plano de contas aplicado ao setor público. Princípios contábeis vigentes publicados pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo os princípios contábeis sob a perspectiva do setor público. Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (NBC TG – Estrutura Conceitual – CPC 00 - R2). Ativo, passivo e patrimônio líquido, segundo a Lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, classificação das contas, subgrupos (grupos de contas), reconhecimento, critérios de avaliação. Redução ao valor recuperável de ativos. Subvenção e assistência governamental. Valor justo de ativos e de passivos. Ajuste a valor presente



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**



**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**

de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis. Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Depreciação, amortização e perda de ativos. Conceituação de receitas, ganhos, despesas, custos e perdas. Receitas: apuração e apropriação das receitas, classificação, tratamento legal, forma de contabilização, observância dos princípios contábeis. Despesas: apuração e apropriação das despesas, classificação e tratamento legal, formas de contabilização, observância dos princípios contábeis. Custos dos produtos/ mercadorias/serviços vendidos: conceitos, formas de apuração e contabilização. Apuração do Resultado, encerramento de exercício social e distribuição do resultado. Demonstrações contábeis (financeiras), segundo a lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, tipos de demonstrações, conteúdo. Apresentação das Demonstrações Contábeis (NBC TG 26 - R5).

Contabilidade Pública: conceituação, objeto e campo de aplicação da contabilidade no setor público; patrimônio público e sistemas contábeis; planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; transações no setor público e seus reflexos no patrimônio público; registro contábil, segurança da documentação contábil, reconhecimento e bases da mensuração; demonstrações contábeis (balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do resultado econômico, notas explicativas); Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público - definições, objetivos alcance, tipos, conteúdo (elementos), formas de apresentação, inter-relação entre as demonstrações, e obrigatoriedade de apresentação; Bases para a apresentação de demonstrações contábeis; Diferença entre regime de competência e regime de caixa; Plano de contas aplicado ao setor público; Aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público; Critérios gerais de evidenciação nas demonstrações contábeis no setor público; Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Receita e despesa públicas: Definições e classificações; Estágios (etapas); Procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação); Tratamento legal; Forma de contabilização e observância dos princípios contábeis; Receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias; Despesas de exercícios anteriores.

Orçamento Público: Conceito, classificação e tipos; Princípios orçamentários; Ciclo orçamentário; Elaboração do orçamento; Previsões anuais e plurianuais; Exercício financeiro; Créditos adicionais; Orçamento por programas; Diretrizes orçamentárias; Programação financeira e transferências financeiras; Restos a pagar; Dívida pública; Operações de crédito; Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual: finalidade, importância, relação com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual. Conteúdo, forma e processo de elaboração de proposta orçamentária. Orçamento Público: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, previsões anuais e plurianuais, exercício financeiro, créditos adicionais, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, controle da execução, fiscalização e avaliação do orçamento público. Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar n. 101/2000. Limitações das Despesas. Despesa com pessoal. Endividamento Público. Relatório de Gestão Fiscal. Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Transparência. Dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Licitações e Contratos que interferem no processo contábil das organizações. Princípios, objetivos e efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no planejamento e no processo orçamentário. Mecanismos de transparência fiscal. Relatório de Gestão Fiscal: características e conteúdo. Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública. Controle interno e controle externo na administração pública.

Auditoria de Demonstrações Contábeis: Objetivos do auditor; Riscos de auditoria; Ceticismo e julgamento profissional do auditor; Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis; Gestão de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis; Evidências de auditoria; Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis por meio do controle interno da entidade; Ambiente de controle interno da entidade; Componentes do controle interno; Procedimentos de auditoria em resposta aos riscos avaliados de distorção relevante no nível de afirmações; Comunicação de deficiências de controle interno; Utilização do trabalho de auditoria interna; Utilização do trabalho de especialistas; Eventos subsequentes; Contratos e compras na administração pública: processo licitatório, concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão, dispensa de licitação, habilitação de fornecedores, formalização, alteração e execução de contratos.

Administração Pública. Princípios de Direito Administrativo. Organização Administrativa: administração direta e indireta, descentralização e desconcentração administrativa. Compras e contratações na Administração Pública: modalidades de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, licitações, fase



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025

interna, termo de referência, projeto básico, fase externa, contratos administrativos, alterações contratuais, gestão e fiscalização de contratos com mão de obra. Lei 14.133/21.

Bibliografia sugerida:

- ADRIANO, Sérgio. Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados. 2018. Atlas. ALVES, Aline. Análise das demonstrações financeiras. Porto Alegre. SAGAH 2018.
- ALEXANDRINO. Marcelo e PAULO. Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 32ª ed. Método.
- ALEXANDRINO. Marcelo e PAULO. Vicente. Direito Constitucional Descomplicado. 22ª ed. Método.
- ARRUDA, Daniel Gomes; ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. Contabilidade Pública: da Teoria à Prática. 2020. 3ª edição.
- ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo Atlas 2015.
- BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática. 2021. Atlas.
- BOYNTON, W.C.; JOHNSON, R.N.; KELL, W.G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- BRASIL. Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei Federal nº 4.320/1964 (orçamentos e balanços no setor público).
- BRASIL. Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.
- BRASIL. Lei Federal nº 6.404/76 (e alterações posteriores). Dispõe sobre as sociedades por ações.
- BRASIL. Lei nº 10.520/2002 e suas alterações posteriores.
- BRASIL. Lei nº 8666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.
- BRASIL. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada (R1, R2, R3, ...) na data da publicação do programa.
- NBC T 19.17 (Ajuste a Valor Presente). NBC TG 04 (Ativo Intangível). NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro). NBC TG 16 (Estoques). NBC TSP 04 (Estoques). NBC TG 27 (Ativo Imobilizado). NBC TSP 07 (ativo imobilizado). NBC TSP 08 (Ativo Intangível). 00000 NBC TSP 11 (apresentação das demonstrações contábeis). NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis). NBC TG 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). NBC TG 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa). NBC TSP 34 (Custos no Setor Público).
- CARVALHO FILHO. José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. ed 37. Atlas. 2023.
- CREPALDI, Guilherme Simões; CREPALDI, Sílvio Aparecido. Orçamento público: Planejamento, elaboração e controle. 2013, Saraiva.
- DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 36ª ed. Forense.
- DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella e MOTTA. Fabricio Motta. Administração Pública e Servidores Públicos. 3ª ed. Revista dos Tribunais. 2022.
- DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella e MOTTA. Fabricio Motta. Administração Pública e Servidores Públicos. 3ª ed. 2022.
- FREIRE. André Luiz. Direito dos Contratos Administrativos. Revista dos Tribunais. ed. 2023.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2021.
- GIACOMONI, James. Orçamento Governamental - Teoria - Sistema – Processo. 2018. Atlas.
- GIACOMONI, James. Orçamento Público. 2021. Atlas.
- IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.
- KOHAMA. H. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.
- Legislação Federal: Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº. 101/2000, Leis Ordinárias nº 6.404/76 e nº 4320/64.
- LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. 2018. Atlas.
- MACHADO Jr., J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. Lei nº 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.
- MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 8. ed. São Paulo. Atlas 2019.
- MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos, 11ª edição. 2018. Atlas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025**



MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 13ª ed. Saraiva. 2023.
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 11ª edição. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada.
MIRANDA, Henrique Savonitti. Licitações e Contratos Administrativos. Revista dos Tribunais. 2021.
NBC TA 200 (R1) (objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria).
NBC TA 220 (R3) (Gestão de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis).
NBC TA 230 (R1) (documentação de auditoria).
NBC TA 260 (R2) (comunicação com os responsáveis pela governança).
NBC TA 265 (comunicação de deficiências de controle interno).
NBC TA 300 (R1) (planejamento da auditoria de demonstrações contábeis).
NBC TA 315 (R2) (identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente).
NBC TA 330 (R1) (resposta do auditor aos riscos avaliados).
NBC TA 402 (considerações de auditoria para entidade que utiliza organização prestadora de serviços).
NBC TA 500 (R1) (evidência de auditoria).
NBC TA 505 (confirmações externas).
NBC TA 520 (procedimentos de analíticos).
NBC TA 530 (amostragem em auditoria).
NBC TA 540 (R2) (auditoria de estimativas contábeis, inclusive valor justo e divulgações relacionados).
NBC TA 560 (R1) (eventos subsequentes).
NBC TA 610 (utilização do trabalho de auditoria interna).
NBC TA 620 (utilização do trabalho de especialistas).
NBC TG 26 (R5) (Apresentação das Demonstrações Contábeis).
NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro).
NBC TSP 34 (Custos no Setor Público).
NEVES, Silvério das, VICECONTI Paulo Viceconti. Contabilidade de Custos - Um Enfoque Direto e Objetivo - 12ª Edição. Saraiva.
PIRES, Gabriel Lino de Paula. Manual de Direito Administrativo. 2ª ed. Revista dos Tribunais. 2021.
PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 2012.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos. 2017. Saraiva.
SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.
SILVA, L.M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 2011.

* * *

